



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 02/15

Data da Sessão: 24 de abril de 2015

Início da Sessão: 09.30 horas

Fim da Sessão: 16.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos -----

1º Secretário: Carlos Lucas Correia -----

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2015, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia.-----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro.** -----
3. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas 2014.** -----
4. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Isenção de IMT requerida por Jorge Miguel Claro Nobre.** -----
5. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento Municipal do Centro Náutico.**-----
6. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento do Mercado Municipal de Montemor-o-Velho.-** -----
7. **Apreciar, sob proposta do Executivo Municipal, o Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Ano de 2014.**-----
8. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos.**-----
9. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Relatório de Vistoria efetuada à Prolote - Urbanizar, Construir, Compra e venda de Imóveis, Lda - em cumprimento do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para conhecimento do Executivo Municipal.** -----
10. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Delimitação de ARU em MMV - Proposta apresentada pela Coligação "Mais por Montemor".**-----
11. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Relatório e Contas de 2014 referente à Ad Elo - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego.** -----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

Membros: Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Adelaide Maria Simões Medina, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Jorge André da Silva Santana, José de Oliveira de Sousa, Sara Cristina Cruz Gomes, Maria João Batista Sobreiro, Luís Filipe Azenha Madaleno, em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, em substituição de Edmea Tereza Reis Silva e Susana Paula Malva Branco, em substituição de Francisco Faria Paiva Batista. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, Secretária da JF Seixo de Gatões.-----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Paula Elisabete Pires Costa Rama, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Jorge Luís Forte Camarneiro.-----

----- Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Pedro Simões Ribeiro, Edmea Tereza Reis Silva, Francisco Faria Paiva Batista e PJF do Seixo.-----

----- Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos. -----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Ramos, deu início à reunião quando eram 09h45m, tendo saudado os presentes e questionado a AM se havia alguma proposta de alteração da OT. -----

----- Passou-se de imediato à ata da última sessão da AM. -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Desejo que os trabalhos decorram bem, com espírito democrático, com participação e, sobretudo, ouvindo-nos uns aos outros e, aproveitando as opiniões de cada um porque estamos, efetivamente num órgão democrático e aproxima-se o 25 de abril, portanto estamos com um espírito muito mais de abril. Em relação à proposta de ata, e mais concretamente na página 23 da mesma, queria fazer uma pequena correção. Onde consta: *“Verificámos e concordamos, naturalmente com os 10%, apesar de, em virtude das verbas diminutas a transferir para as Câmaras Municipais...”*,deverá constar: *“...para as Juntas de Freguesia...”* .-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Foi colocada à discussão a ata da Reunião da Assembleia Municipal de 18 de dezembro com a alteração já referida. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, a ata foi aprovada por maioria, com cinco abstenções, por não participação na reunião a que a mesma se refere, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Abstenção-----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso-----	Abstenção-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	Abstenção-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

----- Dora Marisa Pessoa Maia----- Abstenção-----

----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- O PMAM deu conhecimento que na última reunião, por motivos alheios, o sistema de gravação não funcionou da parte da tarde e agradeceu a todas as pessoas que enviaram as suas intervenções.-----

----- O PMAM deu ainda conhecimento da correspondência expedida e recebida para além da que constava no documento previamente enviado, tendo referido os pedidos de substituição dos membros da AM.-----

----- Foram concedidos 2 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, ou outros pedidos que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites:-----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Felicitação ao Grupo Desportivo “Os Águias”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – “Tomada de posse do Comandante dos Bombeiros Voluntários de MMV”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) - “Congratulações de Aniversário e êxito alcançado”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Voto de Pesar apresentado pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) - “Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Fernandes Duarte”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Ricardo Brites (CDU) – “Por ocasião do 41.º aniversário da Revolução de Abril”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Pediu a palavra o PJF Carapinheira, Victor Monteiro que disse: “Eu gostaria de fazer uma referência elogiosa ao 13.º Festival do Arroz e da Lampreia, realizado em março de 2015, ao 18.º Festival da Lampreia e Sabores do Rio, realizado na Freguesia da Ereira também em março de 2015 e ao 1.º Festival

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

Gastronómico do Baixo Mondego, realizado na Freguesia de Santo Varão em fevereiro de 2015.-----

----- A edição deste ano do festival do Arroz e da Lampreia voltou a dar cartas na promoção dos produtos autênticos e genuínos que estão enraizados na cultura da nossa terra, reforçando a sua qualidade.-----

----- A 13.ª edição do Festival surpreendeu os nossos visitantes e munícipes por se apresentar com algumas novidades, tais como: o aumento significativo da área do festival para aproximadamente 2.000m², o reforço dos instrumentos de certificação da qualidade dos seus produtos e da sua gastronomia, os pagamentos nas tasquinhas puderam ser efetuados por multibanco e a existência de rede internet na tenda do festival. -----

----- Congratular a organização pela excelente distribuição do espaço que albergou uma zona exclusiva de bares, uma mostra de artesanato do Concelho, postos de venda do nosso arroz carolino, o mercado e o mercado de hortícolas, as tasquinhas e ainda outra grande novidade que foi um espaço infantil – Morlândia. -----

----- Outra ação importante com o objetivo de potenciar a economia local, foi lançado o desafio aos restaurantes concelhios para se associarem aos valores do festival durante este mês de março. -----

----- O conjunto destes fatores convergiu de forma bastante positiva e foram ultrapassadas todas as provisões em termos de venda de refeições. -----

----- O 18.º Festival da Lampreia e Sabores do Rio da Freguesia da Ereira, aqui quero transmitir um voto de louvor à Associação Cultural, Desportiva e Social da Ereira que realizou a 18.ª edição do Festival da Lampreia e dos sabores do Rio, pela forma como decorreu. -----

----- Parabéns à organização do certame que desde a demonstração da pesca da lampreia, ao programa de animação, passando pelo servir e pela confeção da lampreia, das enguias e do sável, teve um empenho extraordinário. -----

----- O 1.º Festival Gastronómico do Baixo Mondego, que se realizou na Freguesia de Santo Varão, foi uma iniciativa da Junta de Freguesia Local, com o apoio do Centro Beira Mondego de Santo Varão, Centro de Recreio Popular de Formoselha, Liga de Amigos de Santo Varão, com a excelente colaboração do Centro Social e Paroquial de Santo Varão, da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Amparo 2015 e da Comissão de Festas de Santo António 2015. -----

----- Com as instalações repletas de gente durante estes dois dias de feira, o convívio entre a população foi constante e os belos petiscos não se fizeram rogados. -----

----- Apostando na animação musical ao longo do certame, a Junta de Freguesia está de parabéns. -----

----- Quero congratular a organização deste evento, que foi um êxito, superando as expectativas.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A minha intervenção é no sentido de, como sempre, fazer algumas recomendações, nomeadamente no excesso de documentação que nos chega, na proximidade entre a reunião de Câmara e a sessão da Assembleia Municipal, que não nos permite tempo útil de analisarmos, como devia ser, e já que nos aproximamos da comemoração do 25 abril e, este é o espírito de abril: lermos a documentação, analisarmos criteriosamente e termos opinião sobre as coisas e até fazermos sugestão sobre a documentação e sobre as questões que nos chegam. -----

----- Como todos sabem, todos temos as nossas vidas pessoais e profissionais, muitos de nós cumprimos 40 horas e mais por semana. Acresce ainda, Senhor Presidente, que hoje temos a reunião da CIM-RC, às 17h30, que também por sua vez nos fez chegar uma enormidade de documentos para analisar e, por sua vez, amanhã também fazemos a comemoração do 25 de abril que, para algumas pessoas da Assembleia têm a responsabilidade de preparar a sua intervenção. -----

----- Eu vou-lhe dizer: este é um problema que não é nosso apenas. Este é um problema que se tem na democracia em Portugal, que é falta de tempo às pessoas para analisarem as documentações. As pessoas fazem parte dos órgãos e depois não têm tempo útil para lidarem convenientemente a documentação. Este é um problema que, se calhar os legisladores futuramente têm que pensar nele. Se querem que o cidadão comum, o cidadão anónimo faça parte dos organismos têm que criar também algumas propostas no sentido das pessoas terem tempo útil de assim prepararem as suas intervenções e de prepararem o seu trabalho nos órgãos onde estão e para os quais foram eleitos democraticamente. -----

----- De qualquer das formas eu gostaria muito de deixar esta recomendação, no que for possível, dar um pouco mais de tempo às pessoas, para que elas possam, tal como disse, preparar convenientemente as Assembleias.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “O Município de Montemor-o-Velho, a Câmara de Montemor, todos nós estamos de parabéns pelo Festival do Arroz e da Lampreia e, portanto reforço a posição já tomada, não houve mais intervenções sobre o assunto mas, acho que todo o Concelho, todo o Município ganhou com este certame. Mais uma vez, é uma mais-valia. Os resultados foram inequivocamente positivos e excedendo as expectativas e também não queria deixar de referir isso. -----

----- Ao longo de algumas assembleias o deputado municipal Luís Madaleno, foi falando das obras em Liceia, elas estão concluídas, estavam prometidas há 11 anos, finalmente foram concluídas e, também é bom que se refira quando isso acontece. -----

----- Também foi concluída a estrada do Tojeiro (1038) que estava prometida já há muito tempo e, portanto, é de congratular as coisas serem feitas e bem-feitas.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: Antes de passar a três pontos que eu quero aqui escarpelizar e, na continuação da poupança que esta Câmara vai levando, eu não queria deixar passar o tempo, sem devolver estes CD's e, faço-o diretamente a si, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para economizar e diminuir as burocracias nesta Câmara, para efetivamente serem usados, porque, um está virgem e o outro assim-assim. -----

----- Na sequência das palavras da ilustre deputada Cristina Jorge, que faço minhas, eu creio e, deixo aqui vincado que o que se está a passar com a documentação entregue aos deputados municipais é uma vergonha. Uma autêntica vergonha! Ou o executivo não sabe o que anda a fazer, nalgumas coisas se calhar até é verdade. Noutras porém e, nestas são mais graves porque a democracia é de todos e não é de ninguém e, neste sentido devemos ser cautelosos para motivar os senhores deputados municipais que aqui vêm a troco de uma mísera senha de presença, enfim é aquela que está estipulada na Lei mas, o tempo que medeia para lerem tanta informação, eu creio que mais de 50% não abriram os envelopes, portanto vem aqui pura e simplesmente levantar o braço, olhando para o chefe. Isto que é a casa da democracia do Concelho, é um engano. Porque na verdade, falam aqui 3 ou 4 pessoas, uns mais políticos que outros e outros que se quiserem ser eleitos nas próximas eleições, têm que levantar o braço, porque se não levantarem o braço, são esquecidos. -----

----- Acho que além da legislação que a senhora deputada Cristina Jorge aqui falou, há também um erro de casting. Fomos todos nós que aprovámos o regimento. No regimento podemos também fixar-lhe o prazo para que o Executivo tenha respeito pela Assembleia Municipal. Isto é uma consequência lógica que eu vou transmitir: um documento de prestação de contas, penso eu que é muito relevante para os senhores deputados terem tempo para estudar, falar, aprovar, recebi-o ontem às 13 horas, na minha casa em Pereira, que não é a minha residência oficial, recebi esta parte da prestação de contas, para quê? Para ter aqui uma Assembleia hoje às 9h30. -----

----- Oh senhor Presidente da Assembleia Municipal, V. Ex.^a sabe disto? O Senhor tem que tomar uma posição. É que estar aí, sem tomar estas posições, sem saber isto, realmente isto é um choque. É um choque para todos nós. Eu não tive tempo e já estava cansado, acha que é humano um deputado da Assembleia Municipal ler isto tudo? Acha que é normal? Com dois dias de antecedência? E depois os CD's não trazem nada. Mais um documento recebido ontem às 13h00. Isto são situações que me apraz aqui falar. Quer gostem, quer não, é a verdade porque quem não deve, não teme. -----

----- No interesse do Concelho, queria questionar o Senhor Presidente da Câmara em 3 questões. -----

----- A primeira refere-se aos seguros desta casa. Há cerca de 1 ano e 3 meses, ou seja há 15 meses, quase e praticamente quando iniciámos o seu mandato, eu questionei o Executivo pelos míseros valores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

que estavam elaborados os seguros dos deputados municipais e, até do Executivo, não esqueçamos que as deslocações em carro são realmente perigosas e, vimos prestar um serviço público, parte de todos nós, mas temos que ter algumas diferenças. É que os seguros, disse-me o Senhor Presidente nessa altura que iriam ser atualizados. Eu vou questionar o Senhor Presidente da Câmara, se tem conhecimento, para que valores foram atualizados e quando ou a partir de quando? -----

----- Por outro lado, isto é uma casa que não tem só os seguros dos deputados municipais e do seu executivo. Tem os seguros das máquinas, das instalações, do pessoal. Tem variadíssimos seguros e o Movimento Independente de Cidadania pretende saber, de que forma é que são adjudicados e são feitos estes seguros. Será por concurso público? Quantas companhias de seguros são ouvidas? É aquela que faz as melhores condições? Para que esta casa possa ter algum governo e não haver dúvidas com quem se adjudicam esses seguros. -----

----- Outra questão e é uma pergunta que eu deixo ao Senhor Presidente da Câmara se souber responder. Já o anterior mandato do Exmo. Presidente da Câmara da altura, creio que ele também andava cansado, mas ainda teve força para conseguir, colocar o dinheiro em orçamento para ponte entre Pereira e Arzila. Eu diariamente ali passo e aquilo é constrangedor. Vários acidentes se dão ali. Para quando uma ponte nova entre Arzila e a Vila de Pereira? Para quando o alargamento daquela via até à rotunda da Percampo de dois metros, para evitar ali outros acidentes? Uma questão que eu deixo ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Mais temos aqui, aquando a queda da ponte das Lavadeiras, Montemor ficou sem acesso. O único acesso que foi feito à pressa e melhorado, foi aquele que nos leva da Carapinheira a Formoselha. Já várias vezes aqui falámos, e realmente o Senhor Presidente disse que esta estrada é do INAG/APA e, segundo eles, parece que estamos limitados a lá intervir, mas existe no nosso sistema jurídico uma figura que é o direito de crédito. Se a estrada pertence e foi na altura criada para passarem tratores e carros de bois e carroças, hoje passam por lá diariamente milhares de carros. A estrada apresenta-se extremamente debilitada, portanto requer-se uma intervenção nesta estrada. É óbvio que não é do Município, mas o Município procedendo essa utilização, penso eu que, socorrendo-se e notificando o INAG (e ele vai dizer que não tem dinheiro para fazer isto), não sei efetivamente, se em termos administrativos é possível, mas tenho a impressão que com uma dose de força seria possível a Câmara substituir-se ao INAG e fazer aqui uma intervenção nesta estrada que é utilizada por milhares de cidadãos, entre Formoselha e a Carapinheira. Vossa Ex.^ª, Senhor Presidente saberá se é possível, se já fez estas démarches. Ou então, para evitar haver estes acidentes, fechava-se esta estrada e vai-se pela estrada nacional. Para grandes males, grandes remédios, e depois V. Ex.^ª que ouça os munícipes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Por outro lado temos aqui a Estrada Nacional 111, e com a construção da A14, foi desclassificado o troço entre Quinhendros e Tentúgal. Passo aqui várias vezes, e constato que esta via, pensando-se que com a construção da autoestrada ia diminuir o trânsito, mas foi o contrário, aumentou mais o trânsito neste troço. Este troço serve milhares de pessoas diariamente. A estrada já se vem apresentando muito debilitada no seu piso, mais grave ainda é quando se vai de Montemor para a rotunda da Carapinheira, encontramos ali três edifícios que estão acabados, estão construídos, mas não estão habitados. Fez-se ali uma entrada dentro da própria estrada principal (111) e aquilo está ali um perigo, uma ratoeira enorme. Não sei se o Presidente da Câmara já ali passou, se os Vereadores repararam, eu acho que a Câmara tem que fazer ali uma intervenção com dignidade, E, quanto mais não seja, pensar-se, para evitar acidentes, para ter uma boa condução, uma boa acessibilidade a Montemor, num piso novo neste troço, não quer dizer que seja todo, entre Quinhendros e Tentúgal.-----

----- São estas questões que eu deixo Senhor Presidente, se V. Ex.^a me souber responder.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Pegando também neste assunto, que já tinha sido aqui colocado pela CDU, relativamente a este ponto da EN 111 da Lavariz à Carapinheira. Já faz aqui alguns meses que eu coloquei esta questão ao Senhor Presidente e também faço minhas as palavras do deputado municipal Oliveira e Sousa. Questiono se já tem alguma novidade relativamente ao processo que existia de resolução desse problema, que penso que envolvia a entidade bancária, a própria construtora, o empreiteiro, para saber como é que está essa construção.-----

----- Aqui também expressamos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho os nossos parabéns por no passado dia 19 de abril ter tomando posse o novo comandante dos bombeiros voluntários. Da parte da CDU, espera-se que normalizada que está a estrutura de comando, esta associação fundamental e imprescindível, consiga de facto corresponder às necessidades da população do Concelho.-----

----- Outra questão que também queria aqui colocar, e que neste momento também me toca mais de perto, vem sendo um hábito de há muitos meses a esta parte, anos até, que a Freguesia de Seixo de Gatões está várias vezes por mês com períodos de falta de abastecimento de água. ´RE possível saber o que é que se passa?-----

----- Pensamos nós que é inadmissível que, com tantos meios de informação que o Município dispõe neste momento, nomeadamente o GAP e todo o apoio informático que dispõe, não tivessem alertado atempadamente a população para esta situação, que aconteceu durante o período pascal, e que pelos vistos, já era previsível, mais dia, menos dia, mais mês, menos mês. Até porque tal situação é recorrente, como bem sabe o Senhor Presidente, na Freguesia de Seixo de Gatões. Este não é um problema só de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

agora, nomeadamente com os furos de abastecimento à rede da Freguesia. Nós não queremos entender que há aqui um qualquer interesse oculto de que quanto pior melhor. Quer dizer, quanto pior melhor para justificar a concessão das águas? Quanto pior, melhor para deteriorar os serviços e existirem justificações para entregar as águas municipais à gestão privada? Acreditamos que não, por isso deixamos aqui um apelo para que de facto se resolva esta questão. É certo também que os anteriores executivos, pouco ou nada fizeram em casos como este, em questão de furos e abastecimento de água. É certo também que já passou mais de um ano e seis meses, desde que este Executivo está em funções, daí apelamos para que de facto a situação seja resolvida a curto prazo.” -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu gostaria só de responder à deputada municipal Albertina Jorge numa situação muito simples: ou a senhora deputada anda muito distraída, porque eu já fiz um agradecimento aqui na Assembleia Municipal, relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara e dos Serviços, assim como pessoalmente também já agradeci ao Senhor Presidente da Câmara, a segunda intervenção, de certeza que ele não irá negar isso. Ou anda distraída ou não leu as atas ou então, vou usar uma palavra que anda a ser muito utilizada: limitou-se a fazer uma politiquice. Não sei qual é a sua intenção, mas eu já agradeci em Assembleia Municipal. Eu chamei a atenção para uma situação que julgava perigosa, ela foi reparada, e eu, em Assembleia Municipal, está escrito em ata, pode consultar, fiz o agradecimento. Por isso acho que não devo ser chamado à atenção.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: Esta minha intervenção vem na sequência de uma frase que eu ouvi do senhor deputado Oliveira e Sousa e que me leva a uma interrogação que eu achei que não devia deixar de colocar em nome da tão propalada dignidade, de tantas coisas que o Senhor deputado em causa vai apregoando e bem, porque devemos tê-la na política e na vida, de qualquer das maneiras, houve uma frase relativamente à documentação que o senhor deputado diz que recebeu a documentação em Pereira, que não é a sua residência oficial. Ora, se eu não estou em erro, e gostaria então que me esclarecesse, acho que é o Senhor deputado requer que lhe seja entregue a documentação em Pereira, mas efetivamente a morada que consta como residência oficial, para todos os efeitos, incluindo o preenchimento do boletim de ajudas de custo e as consequências que daí advêm, uma residência que por acaso até é a mais de 100 kms, não sei exatamente onde é, mas sei que não é no Concelho. Acho que não podemos vir para aqui dizer que recebemos num sítio que não é a nossa residência oficial, quando efetivamente são as próprias pessoas que fazem esse pedido. Que se dizem tão preocupadas com os custos à Câmara, mas que depois noutras ocasiões, se calhar já não se preocupam tanto. E em nome da dignidade, possivelmente dever-se-ia ter cuidado também com aquilo que se diz. Todos temos de ter esse cuidado.” --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, abril, 24***

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ilustre deputada Albertina, já há muito que tenho uma grande admiração por si, e vou-lhe dizer, a sua intervenção, gostei muito dela, a senhora faz cada intervenção, a senhora vê-se ao espelho todos os dias? Vê? Sabe o que disse? A senhora é jurista, não é? Realmente Senhora deputada, às vezes provoca-me esta desilusão. Antigamente a Senhora era uma menina pálida e fina, tinha uns olhos que viam tudo claro, mas hoje só vive de imagens, e são só de miragens que vão dentro de si. -----

----- A dignidade é importante, e, nossa vida, como cidadãos, devemos ser pessoas dignas. -----

----- A minha residência oficial é Lisboa e por uma questão de economia, de selos, correio, burocracias, muitas vezes estou na minha terra natal, que adoro, telefona-me a trabalhadora Elisa, para me deixar lá os documentos e eu venho de Lisboa por os documentos já lá estarem e tenho lá uma empregada para os receber. Não sou fuinha, nem ando aqui a troco de nada, nem quero ser professor, não quero ser agente de nada, nunca meti cunhas para nada. Sabe? Eu ando aqui na política mas ando a troco de nada. Não tenho interesses, não tenho estabelecimentos comerciais, não ando aqui a dar chapeladas. Eu digo a verdade que me vai na alma. Nunca fiz política para subir na vida, nunca roubei nada a ninguém, nunca vigarizei ninguém. Tenho a minha dignidade, mas há muita gente que tem uma dor, naquilo que a senhora sabe, e eu também, mas não digo mas, por mais que me abalem não me chegam aos calcanhares, nem a senhora, nunca na vida, nem como advogada, nem como professora, por isso é que o País está no estado em que está. Sabe, quando se luta e tem nexo, e quando se tem força, razão e saber e tenacidade e personalidade, não há nada que nos vergue! Nem aqui!-----

----- Sabe senhora deputada, eu continuo a gostar de si porque V. Ex.^a é uma pessoa simples, é um bom espírito e eu sei que o que disse, foi uma encomenda. Foi mais um alfaiate que passou umas calças e um corte, porque há aqui muita gente que me cumprimenta mas, na verdade, falta-lhes muita coisa para chegar ao pé de mim. É a verdade, a dignidade. Sou aquilo que os outros não têm, e a senhora foi ao alfaiate e encomendou umas calças, mas nem sabe passar a ferro as calças. Eu realmente não estou melindrado. Mais, relevo-a porque não merece que eu diga mais coisas que a possam ofender, mas o Executivo que saiba, que os caminhos de transportes a que tenho direito, até eventualmente quando venho da minha casa de Pereira tenho direito a eles, nunca reclamei e coloco sempre a minha residência oficial que é de Lisboa aqui. Fui eleito assim. Com a minha residência assim. Com o meu cartão de eleitor lá, de maneira que anda a ouvir, a senhora anda a ouvir atrás das portas, também não tem dignidade. Isso é política baixa e barata. Porque há muita gente que se tivesse dignidade, já não estava aqui em exercício de funções, mas são chapeladas rastejantes e eu não estou nesse número.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Não costumo responder nestas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

questões, mas há aqui pelo menos dois aspetos que eu não posso deixar passar. Relevo tudo o resto incluindo aquilo que é de foro pessoal, mas estamos aqui no foro político e eu não admito, não posso aceitar, que ao fim de mais de 20 anos na política me venham dizer que aquilo que eu digo é porque é encomendado seja lá por quem for, quando ninguém sequer podia saber o que é que o Senhor deputado iria dizer na Assembleia. Estou cá há mais de vinte anos, não devo nada a ninguém, não entrei na política por quotas, nem por cunhas. Não sei qual é a situação em que eu estou que foi propalada, porque, que eu saiba, nunca falei da minha vida pessoal com o senhor membro da Assembleia Municipal, nem sequer da minha vida política, e portanto acho que essas questões não deveriam ser para aqui chamadas. -----

----- Do ponto de vista profissional, enquanto jurista faço o que faço, sou profissional liberal, e o que faço ou não faço, o problema é meu, ganhe ou não ganhe, o problema também é meu. Enquanto professora, estive sujeita a concurso, estive sujeita a uma profissionalização, e não é por cunhas que alguém lá fica. Não se chega lá por cunha. Eu para dar aulas tive que tirar um segundo curso, estive sujeita a um estágio, por acaso foi para profissionalizar o serviço, e não devo nada a cunhas, nem à política, seja lá para o que for. Talvez a política me deva a mim, ao fim destes vinte e tal anos, mas eu estaria aqui mesmo que não tivesse direito a uma senha de presença.”-----

----- Pediu a palavra o membro Lídia Pagaimo (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Na sequência das palavras do deputado Ricardo Brites, também eu sou habitante do Seixo, e na verdade foi enviado um comunicado a pedir desculpa pelo lamentável facto de termos ficado vários dias sem água. Eu também recomendo que da próxima vez aproveitem as redes sociais, não só para publicar o que se faz de bem, mas também para publicar e alertar os munícipes da falta deste bem essencial. Eu não sei quantos dias ficou o deputado sem água, mas eu na quinta-feira já tinha água com pouca pressão, o que se manteve na sexta-feira. No sábado fiquei sem água e domingo também, numa altura de festa, foi muito complicado, com pessoas em casa e eu não tenho outra alternativa, não tenho furos, nem poços. Fiquei praticamente 4 dias sem água, portanto da próxima vez é bom que se utilize as redes sociais para informar/dizer o tempo previsível que vamos ficar neste estado, até porque é muito comum na Freguesia do Seixo, começa a ser sistemático a falta de água.”-----

----- Pediu a palavra a Secretária da JF do Seixo, Dora Maia, que disse: “Na senda do que foi referido pelos membros Ricardo Brites e Lídia Pagaimo, relativamente à falta de água durante o período pascal na Freguesia do Seixo. Efetivamente estivemos sem água quatro dias consecutivos, com grande prejuízo para todos dado a data em que se verificou a falta de água, prejuízos avultados que efetivamente ocorreram e dos quais já aqui foi dada a devida a nota.-----

Ficámos muito sensibilizados com o comunicado que fez chegar a todos os munícipes, mas já agora

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

aproveito para interpelar o Senhor Presidente da Câmara sobre se a próxima fatura de água dos munícipes da Freguesia do Seixo vai refletir essa falta de água e os danos que foram causados.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Gostaria de dizer duas coisas. A primeira tem que ver necessariamente com a questão da multiplicidade de documentação que todos os membros da Assembleia têm que ler, ou deviam ler e aquilo que nós vamos produzindo. Sem nenhuma varinha mágica para ultrapassar isto, é certo que esta é uma solução que me aflige, a mim porque obviamente não costumo gostar de falar de cor, apesar de às vezes todos termos que falar de cor, e sinceramente, a única coisa que vou aqui dizer perante esta Assembleia, é que não tendo uma varinha mágica, não tendo, efetivamente nenhuma possibilidade de alterar esta produção de textos que a toda a hora e a todo o minuto acontecem. Vou apenas dizer-vos que vou convocar, pela primeira vez, uma reunião da comissão permanente da Assembleia, porque há coisas que se podem resolver se for consensualmente. Se efetivamente todos nos queixamos e temos a perceção de que a preparação com que vimos para as Assembleias não é a melhor, tentaremos efetivamente fazer julgar estes processos nessa figura que o Regimento prevê. Na verdade fui conversando com outros Presidentes de Assembleias, porque presumi que isto não seria um problema apenas da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, e efetivamente alguns desses Presidentes de Assembleia fazem de facto nesse órgão o filtro de muitas coisas de que depois só vêm a comunicação do que foi decidido, e só se alguém da bancada não concordar, é que evidentemente isso volta a ser discutido. Todos os pontos são importantes, mas também todos temos a noção de que há pontos mais importantes do que outros. -----

----- Sem me querer antecipar ao que quer que seja, chamo apenas a atenção aos membros da Comissão Permanente que provavelmente em maio teremos uma reunião para verificar se porventura podemos de facto alterar isso, porque há questões que são legais, há questões que todos nós temos que respeitar, e eu não posso pedir à Câmara que dois meses antes trate das contas, e depois pedir aos meus colegas para só discutirmos a questão das contas em maio, quando a lei nos obriga que seja em abril. -----

----- É um compromisso que assumo perante a Assembleia, pedindo de facto a todos os elementos que fazem parte da comissão permanente, que pensem e procurem soluções para esta dificuldade com que todos nos estamos a debater”.-----

----- O PMAM disse ainda que: “Temos tido algumas questões relacionadas com o tempo, não o tempo atmosférico mas, o período de tempo que cada um tem, e nesse sentido eu lembro-me de uma espécie de trava-línguas que aprendi na primária que dizia: *“o tempo pergunta ao tempo, quanto tempo o tempo tem, o tempo responde ao tempo, que o tempo tem tanto tempo quanto tempo o tempo tem”*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Nessa perspetiva, parece-me que de facto o tempo perguntou ao tempo quanto tempo o tempo tem e o tempo respondeu ao tempo, que o tempo tinha tanto tempo quanto tempo o tempo tinha, e, nessa senda, mesmo na ausência do visado, eu gostaria de deixar aqui esta minha nota, porque todas as coisas têm o seu tempo para se fazer. -----

----- A nota é que, enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, me sinto muito honrado por aquilo que todos os membros destas Assembleias fazem na vida. -----

----- Queria referir na Assembleia de hoje que, é para mim um privilégio poder presidir a esta Assembleia que conta hoje, entre os seus membros, de um dirigente do Porto da Figueira da Foz, no caso o Senhor deputado municipal Luís Leal. Eu sei que ele fará isso com muita honra em prol da comunidade.”-----

----- O PMAM referiu ainda que, uma vez que não há mais nenhuma inscrição, irão passar ao ponto 2 da OT, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, não só para efetivamente acrescentar alguma coisa, se esse for o caso da informação escrita que disponibilizou à Assembleia, mas também porque evidentemente ficaram algumas perguntas no período antes da Ordem do Dia, que eu lhe pedia agora que respondesse de facto assim entender, e da forma que entender. -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro** -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Ouvi com atenção as recomendações, nalguns casos insinuações e noutros casos afirmações pouco verdadeiras, às quais vou responder. -----

----- Sobre a informação escrita, penso que a mesma é suficientemente explícita, chamava no entanto a atenção para o relatório financeiro que a complementa, e que penso que é de uma mais-valia muito importante para se perceber e analisar a situação financeira do Município e também para o confrontar com o Relatório de Contas que oportunamente será discutido. -----

----- Eu vou começar por responder a algumas das questões ou recomendações que me foram direta ou indiretamente colocadas. -----

----- Pela Dr.ª Cristina Jorge, a questão do excesso de documentação, eu concordo inteiramente consigo. Aliás, já enquanto Vereador e deputado que também fui desta casa, é um problema recorrente, e reconheço sinceramente que muitas das vezes os deputados municipais têm efetivas e notórias dificuldades para analisar a documentação, e por isso mesmo, porque já passei por esse lado, eu próprio estou a recomendar aos Serviços que elaborem os documentos com determinadas componentes explicativas de fácil acesso para todos, e quero dizer-lhe Dr.ª Cristina Jorge, que eu já aqui ando há alguns anos e tenho também recebido elogios, porque há pessoas que também estão na política com atenção à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

forma muito clara, muito fácil e intuitiva de como este Executivo apresenta os documentos. Em particular quero fazer aqui o meu elogio público, já o fiz na reunião de Câmara, ao Dr. Miguel Felgueiras, na questão da Prestação de Contas. Fez um relatório muito especial, em completa rutura com aquilo que se fazia aqui anteriormente, ou seja, tem quadros explicativos, ponto por ponto, do relatório e dos diferentes rácios e das diferentes informações que são componentes desse documento de prestação de contas. Eu não conseguia no passado entender esse tipo de documentação, até porque sou jurista, mas hoje isso é mais fácil. No passado tinha que recorrer a algumas pessoas com habilitações específicas para que eu, enquanto Presidente da Concelhia do Partido Socialista, pudesse ajudar os vereadores e pudesse ajudar os deputados municipais do meu Partido, porque a informação vinha de tal forma hermética, e era tão técnica, que poucos conseguiam descodificar aquela informação. -----

----- Eu penso que hoje é inequívoco que as coisas estão melhores, e não estou aqui a dizer nada que cause estranheza de quem quer que seja na sala. Aqueles que conseguiram ler o documento basta ler o relatório para perceber a situação financeira do Município, hoje é muito fácil entender essa documentação, como também é fácil de entender o Relatório do Saneamento Financeiro o qual que tem a virtude de explicar com extrema clareza, e isso foi a meu pedido, porque eu assim o estou a solicitar aos Serviços e aos meus colaboradores, e por isso mesmo, penso que estou a contribuir na medida do possível, e citando o que disse anteriormente o Senhor Presidente da Assembleia, para cumprir com a legalidade, e, portanto eu estou, dentro daquilo que é possível, a contribuir para vos facilitar a vida, a todos, sem distinção, e para que todos possam perceber o conteúdo dos documentos, e depois possam naturalmente pedir esclarecimentos e fazer uma crítica mais assertiva aos mesmos. -----

----- É evidente que anteriormente não se fazia isso, porque não se entendendo os documentos, os mesmos não se podiam criticar. Hoje é mais fácil entender os documentos, e a partir das explicações que damos podemos fazer as críticas, e dessa forma penso que a vivência democrática está salvaguardada e defendida. -----

----- Em relação a algumas críticas e insinuações do Senhor deputado Oliveira e Sousa, pela primeira vez nesta Assembleia eu vou dirigir-me diretamente ao Senhor deputado, eu vou fazê-lo porque o ouço falar repetidamente em três ou quatro chavões que são recorrentes no discurso do Senhor deputado: “por amor a esta terra” e penso que é um amor desinteressado, e sempre a “dignidade” e a “verdade” e esta especialidade é a sua única contribuição. Hoje ouvi-o dizer uma coisa que me deixou absolutamente surpreendido. Eu gosto de fazer política com verdade, com elevação, e normalmente não respondo ao Senhor deputado Oliveira e Sousa porque ele desce uns patamares abaixo nessa elevação, e hoje foi mais um exemplo disso, claro e inequívoco, e por isso mesmo eu abstenho-me de discutir nesse patamar menos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

elevado. Mas sinceramente, eu sou uma pessoa muito sensível a estas injustiças e a estas críticas infundadas. -----

----- Eu hoje ouvi-o dizer que vinha aqui por uma mísera senha de presença. Eu quero-lhe dizer Senhor deputado, que o seu amor a esta terra vale por cada dia que aqui vem 425,52€, e eu, enquanto Presidente de Câmara, o que ganho por dia não chega a 82€. É pois por amor a esta terra que aqui andamos todos. Uns, alimentados por determinados argumentos, outros por amor genuíno, porque o amor tem que ser genuíno. Eu gosto muito de fazer poesia com amor, mas gosto mais de falar com verdade e de sentir a verdade nos poemas que eu cito ou nos poemas que eu faço. Quero dizer que também existe aqui uma grande confusão para o Executivo, porque efetivamente o Senhor deputado dá como residência oficial Lisboa, o que para nós é inequívoco, porque consta do seu cartão de cidadão, mas para nós também é uma grande confusão porque manda entregar os documentos em Pereira, e por isso mesmo continuamos muito baralhados. Nós fazemos aquilo que o Senhor deputado solicita, porque somos pessoas respeitadoras da vontade dos senhores deputados, mas na verdade ficamos baralhados com esta situação. O que não podemos tolerar é que sejamos acusados de algo que não fazemos. O senhor deputado recebeu esse envelope que ostentou no dia 22 de abril, ou seja foi depositado na sua caixa do correio em Pereira no dia 22 de abril, segundo informação dos Serviços, e portanto essa é a informação de que disponho, e já de agora esse envelope contém uma coisa que se chama Balanço Social, que não é um documento obrigatório para entregar aos senhores deputados. É um esforço que este Executivo faz para que todos os deputados possam ter acesso à informação, e por isso mesmo eu sinto-me no direito de fazer a defesa da honra do Executivo e dos trabalhadores desta casa. É isto que eu estou aqui a fazer, não estou a fazer política, nem politiquice, estou a defender a honra e a atuação dos trabalhadores desta casa. Também quero dizer que este executivo ainda não pagou nenhuma ajudas de custo a nenhum dos deputados porque não temos fundos disponíveis, e como também só faço pagamento de ajudas de custo ou horas extraordinárias a alguns trabalhadores desta casa que justificadamente têm horas extraordinários, porque como sabem, sem fundos disponíveis não é fácil fazer esses pagamentos. Estas ajudas de custo reclamadas pelos Senhores deputados vão ter que esperar pelos fundos disponíveis. Todos nós sabemos que a partir do momento em que elas são reclamadas, vão ter que ser pagas. Não é preciso que alguém as reclame posteriormente. Elas vão ter que ser pagas. Estão neste momento em dívida aos Senhores deputados que as reclamaram e constam das dívidas que esta Câmara tem para com os Senhores deputados. Pagamos as senhas de presença porque são fáceis de justificar, as ajudas de custo vão ficar para mais tarde. -----

----- Estamos absolutamente esclarecidos de quem é que anda aqui por amor a esta terra, até porque muitas das vezes eu vejo a trabalhadora adstrita à Assembleia Municipal a trabalhar até meia-noite, e de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

certeza absoluta que nunca viram uma hora extraordinária reclamada por ela, e ganha muito menos que o Senhor Presidente da Câmara, se calhar menos de metade. Também ela anda por amor a esta terra e muitos dos trabalhadores que aqui estão nesta sala, também vêm trabalhar ao sábado e fora de horas, também andam aqui por amor a esta terra, e por isso mesmo eu estou aqui a fazer a defesa da sua honra e a valorizar o seu trabalho. -----

----- Quanto às questões concretas que me foram postas, também mais uma vez vou esclarecer. O seguro que existe para os autarcas é um seguro que é negociado pela ANMP, ou seja, é um seguro que tem condições especiais para os autarcas, negociado com a Companhia de Seguros Açoreana. Nós estamos a fazê-lo com a ANMP, como outros Presidentes de Câmara deste país o fazem, porque pensamos e acreditamos que será o seguro mais vantajoso. E para que toda a gente saiba, o seguro da apólice está aqui na minha mão, está válido até junho de 2015 e tem como coberturas para morte ou invalidez permanente – 500.000€, penso que não é um seguro desprezível em função daquilo que se paga; incapacidade temporária – 67.000€; incapacidade temporária absoluta, internamento hospital – 90.000€; despesas e tratamento e repatriamento – 90.000€; despesas de funeral – 90.000€, penso que não é um seguro desprezível como aqui foi anunciado, mas estou disponível para no final de junho de 2015, poder negociar um seguro ainda mais vantajoso, desde que dentro dos custos que foram aqui negociados previamente nestas condições especiais pela ANMP. -----

----- Quanto aos restantes seguros, a guerra está instalada. Eu agradeço penhoradamente a interpelação que me fez, porque quase toda a gente dos seguros anda zangada com o Presidente da Câmara, mas não todos. Alguns começam a fazer seguros nesta casa porque são consultados 3 e 4 operadores de seguros para se escolher a melhor proposta. É assim que tem sido. É assim que vai continuar a ser feito. Aliás, o desafio que eu lancei aos Serviços foi que pela 1.ª vez fizéssemos um concurso público alargado a todos os seguros para negociar ainda com mais força melhores condições. Mas, como devem perceber, um concurso público tem um caderno de encargos, e o caderno de encargos nesta especial matéria dos seguros é extremamente difícil de fazer, e por isso mesmo estamos a demorar bastante tempo. Já pedimos colaboração gratuita a várias pessoas para nos ajudarem em diversos setores desse caderno de encargos, para fazer o melhor caderno de encargos possível, e a melhor contratação possível. Muito brevemente penso que o Dr. Miguel Figueiras, Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças apresentará esse trabalho. Eu ando permanentemente a pedir-lhe isto, eu compreendo que seja um caderno de encargos difícil de fazer porque nunca foi feito, porque a partir do momento em que seja feito, é fácil de lançar novos concursos. Eu vou-vos dar um exemplo. Nós temos que segurar património, nós temos que segurar viaturas, nós temos que segurar equipamentos, nós temos que segurar um conjunto alargadíssimo de bens,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

e o inventário não existia, e portanto estamos a fazer isso tudo à velocidade da luz, porque efetivamente o tempo escasseia para fazer melhor nesta casa. É preciso ter a noção que quando nós aqui entrámos, a política de seguros era feita de uma forma que não era entendível, e por isso o Senhor deputado tem toda a razão em questionar isto. Não era feita de uma forma transparente e credível. Hoje, se algumas pessoas estão chateadas e lhe comunicaram alguma insatisfação, é porque foram preteridos em relação a outras propostas, mas é porque há outras propostas em cima da mesa, e eu desafio qualquer um dos Senhores deputados, porque a nossa casa está aberta aos Senhores deputados, para irem analisar cada um dos processos ou procedimentos de seguro ou contratação de seguros. Vejam com os vossos próprios olhos que está lá mais do que uma proposta. É evidente que esta situação de pedir 3 propostas ainda não é a situação ideal, mas é melhor do que aquela que existia, e portanto eu penso que estamos a melhorar a verdade desta área da Câmara Municipal. -----

----- Quanto à questão da Ponte do Paço, eu quero dizer aqui que estou desde a primeira hora a insistir permanentemente com o Senhor Presidente da Câmara de Coimbra para que se resolva esta situação. Infelizmente muitas das vezes as pessoas não entendem isso. Já o anterior Presidente de Câmara também o tentou, e isso aqui também tem que ser dito, mas não conseguiu, porque a ponte está fora do seu território. Aliás, eu não quero deixar de dizer aqui, que ele tentou até fazer outra coisa. Tentou adquirir terreno ao lado para que ele pudesse efetivamente fazer a tal ponte que se impõe naquele local, mas mesmo isso não foi possível, e ele próprio teve que desistir dessa situação. Naturalmente que eu não sou, neste caso em particular, melhor do que ele. Os serviços aqui pouco têm a fazer, para além daquilo que estamos, e estou a fazer isso em permanência, aliás, inclusivamente até exercendo pressão pela via política, porque como sabe somos do mesmo partido e temos necessariamente canais próprios para pudermos também alertar através do partido político para que se pressione, neste caso a Câmara de Coimbra, para que esta solução seja implementada no terreno. Quanto a isto não posso fazer mais. Já alertei também na própria Comunidade Intermunicipal, no seguimento do que vou explicar a seguir. Na última reunião da CIM-RC, o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho reclamou igual tratamento, porque se o Metro Mondego é importante para todos nós e se eu me disponibilizei e solidarizei com todos os Presidentes de Câmara daquela região para defender ao lado deles o Metro Mondego, também me disponibilizei, porque também nos interessa, a defesa da Linha da Beira Alta, também lhes disse que a variante Sul que atravessará os campos do Mondego, que foi abandonada por este Governo, que deixou caducar o estudo de impacto ambiental, mesmo que fosse na alternativa C desse projeto, que não nos interessava, como sabem, e que já foi motivo de intervenção do anterior Executivo e do anterior Presidente de Câmara, e por isso mesmo, esse estudo de impacto ambiental já caducou. Eu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

próprio disse na última reunião da CIM-RC que os Municípios de Condeixa, Cantanhede, Soure, da Figueira da Foz, são beneficiários porque mais de 50% do trânsito que ali passa é destes Municípios, e portanto é um assunto da Comunidade Intermunicipal, e eu disse que gostaria também de ter a solidariedade deles para defender esta situação. O que não está certo aqui mais uma vez, é que eu não posso aceitar que alguém com conhecimentos jurídicos, diga que a Câmara Municipal pode lá fazer a obra e mandar a fatura para a APA (associação Portuguesa do Ambiente). A verdade é que esse é um procedimento que não é o correto. Nós não podemos intervir num território que é dos outros, ou que está adstrito ou adjudicado a outras entidades. Podemos-lo fazer sim, no âmbito da Proteção Civil, e fizemo-lo até uma determinada data, mas a APA teve um comportamento absolutamente incorreto com esta Câmara Municipal. Porque nós fazíamos-lo, e não mandávamos a dita fatura, fazíamos-lo ao abrigo da proteção Civil, e os Senhores da APA andaram a tirar fotografias aos nossos trabalhadores e passaram a informar as pessoas que quem era responsável pela conservação era a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. Veio aqui uma Senhora, que se intitulou Vice-Presidente da APA, dizer-me precisamente o mesmo e dizer-me que o anterior Presidente de Câmara se tinha comprometido com a APA e com o INAG, e trazia até alguém para corroborar tal afirmação, a fazer a manutenção daquele espaço. Eu disse-lhe, sem falar com o anterior Presidente de Câmara, a Senhora está a mentir, eu não preciso de falar com o anterior Presidente de Câmara para dizer que a Senhora está a mentir. A senhora ficou muito indignada com a forma frontal com que eu lhe disse que estava a mentir. Mais, a senhora está a mentir também porque nós não favorecemos nada para que aquele trânsito ali passasse. A Câmara Municipal não é responsável por favorecimento algum para que o trânsito ali passe. Portanto, os senhores chegaram a um acordo connosco, em determinada situação e, esse acordo está válido, e nós comprometemo-nos a cumprir a parte que nos diz respeito. Agora não venham inventar que o anterior Presidente de Câmara lhes disse de boca que assumia o que quer que seja. E, por isso mesmo, também já expressei essa minha indignação ao Senhor Presidente da APA que ficou de me enviar uma carta com um pedido de desculpas pela atuação de tal Senhora. -----

----- Também lhe quero dar nota que não pudemos estabelecer como prioridade a realização de uma obra naquele local. Para isso vou-lhe dar uma informação tão simples como esta, para aquela travessia de Carapinheira – Formoselha, há um orçamento aqui nesta Câmara, são precisos 200.000€, para fazer aquela travessia, que existe um protocolo com a Câmara. Quero-lhe dizer que 200.000€, esta Câmara não tem para fazer a obra naquela travessia. -----

----- Quero-lhe dizer ainda mais: sabendo eu, que 80% ou 90% do trânsito não é deste Concelho, eu se tivesse esses 200.000€, preferia espalhá-lo em alcatrão por todas as Freguesias do meu Concelho porque eu sei que nessas Freguesias, o trânsito é nosso, e nós temos muitas necessidades em todas as Freguesias,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

e digo-o aqui claramente perante toda a gente: fazia-o nas nossas Freguesias, porque quem tem de fazer aquela obra é o Governo deste país, porque é um interesse supramunicipal, e é bom que isto fique esclarecido de vez e não andemos a favorecer alguns gestores nomeados politicamente da APA, que inventam e vêm aqui com o maior desplanto dizer inverdades, mentiras. Tal como eu disse à Senhora da APA, vamos todos juntos, Câmara Municipal e APA, reclamar uma solução que seja benéfica para a APA e benéfica para o Município de Montemor-o-Velho e para todos os Municípios envolvidos, porque não é a meter o lixo para baixo do tapete, que foi aquilo que aquela Senhora veio fazer, que nós vamos resolver as situações que estão ali presentes. E quero dizer mais, a Proteção Civil continuará a intervir porque há ali uma coisa de que nós nos podemos orgulhar, que ali ainda não morreu ninguém. E quero dizer outra coisa, a essa Senhora da APA eu disse-lhe: vou-lhe dar um exemplo de uma estrada que nós estamos disponíveis para receber – a reta da Ereira, porque a situação inverte-se, porque se calhar 20% do trânsito é de fora do Concelho e 80% do trânsito é do Concelho. Essa é uma estrada de interesse municipal. Está minimamente em condições, podemos recebê-la. Logo que queira nós vamos recebê-la e passamos a cuidar dela. Também lhe disse isto, claramente. Ficou muito entusiasmada, mas até hoje não veio proposta nenhuma. Também sei que passados dois dias da reunião que aqui teve, foi transferida para outro local.-----

----- Em relação ao problema de Lavariz. Posso-vos dizer que o problema terá início de resolução no início do próximo mês. Posso dizer isto, mas quero-vos dizer que o Presidente da Câmara de Montemor também assume publicamente, que já não está a receber os representantes do Banco Popular. Eu tenho este mau feitio. Eu comprometi-me com estes Senhores do Banco Popular a ajudá-los naquilo que podia, e ajudei-os. Os Serviços desta Câmara ajudaram imensamente esta entidade Bancária a resolver aquele problema. Mais, fizeram-no e eu indisponibilizei os Serviços porque não concordei com a solução que estava aqui aprovada anteriormente, porque não satisfazia os requisitos mínimos de segurança das pessoas e da circulação rodoviária naquele local, e por isso mesmo indisponibilizei os Serviços para nós próprios, Câmara Municipal, propormos uma solução do nosso agrado, e foi isso que fizemos. Depois pediram-nos um caderno de encargos, também lhe fizemos o caderno de encargos. O valor até era inferior à proposta que andava aí inicialmente, e, por isso mesmo, como eles tiveram tudo da parte da Câmara, eu disse-lhes na última reunião que tive com eles, ou os Senhores me dizem uma data para iniciar as obras, ou então não voltam a ser recebidos por mim, e foi isso que aconteceu. Andam aí, marcam reuniões, eu já lhes disse que enquanto não iniciarem a obra, não os vou receber. Chega de conversa fiada. -----

----- A obra está adjudicada, já sabemos, vai iniciar-se supostamente em maio (não posso garantir isto, porque como disse, já estou farto de conversa fiada) com um prazo de execução de 90 dias e será com um projeto que será do agrado dos nossos técnicos, e sobretudo também já pudemos partilhar isto no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

Executivo Municipal, do agrado de todo o Executivo, porque efetivamente garante melhor a segurança das pessoas, prevê escoamento de águas, prevê passeios, prevê a largura da faixa e prevê novo pavimento. Sobre esta questão penso que esclareci as duas intervenções que me solicitaram este esclarecimento. -----

----- Falta de água no Seixo. É evidente que não correu bem para o Presidente de Câmara e para todo o Executivo esta situação. Vamos assumi-lo, não tenho problema nenhum em o assumir, mas vou explicar porquê e depois vocês vão perceber também o grau de culpa do Presidente de Câmara e do Executivo. É bom que se perceba o sistema arcaico e de captação de água que temos. O que aconteceu naqueles dias foi o seguinte: em primeiro lugar tivemos notícia de uma diminuição de caudal, o que verificamos é que um dos furos colapsou e ficou inoperante e o segundo furo/captação começou a debitar menos caudal de água e isto foi aquilo que nós detetamos. O que é que fizemos? Fomos para o local e a nossa equipa tentou perceber se era um problema das bombas, se era um problema do próprio furo, e aqui esta parte é que é mais difícil de perceber. Nós não podemos ir para o facebook dizer estas coisas. É bom que se perceba. Não era previsível para nós que a situação fosse tão grave, porque aquilo que eu vou dizer a seguir, e que é a causa do problema, é uma situação muito grave que só detetamos e só concluímos no fim do dia de 6.ª feira, que o segundo furo está em vias de colapsar. Eu logo desde o primeiro dia, e já o disse nas sessões de esclarecimento, que a situação do furo das captações do Seixo era sensível e perigosa, e por isso mesmo logo que os reservatórios do PLIA ficaram prontos dei ordens expressas para que os nossos trabalhadores fizessem uma travessia ou um transvase de cerca de 2 kms, com recursos próprios. Como devem perceber 2 kms de conduta custaria muito dinheiro se fosse adjudicado por empreitada. Nós não temos esse dinheiro, nós estamos a gastar balúrdios na água, muito dinheiro, já vai mais de 500.000€, desde que aqui estamos, e portanto é preciso ter a noção de que nessa altura não havia furos colapsados. Já o estávamos a fazer porque eu sempre entendi e disse aos Serviços, que nós devíamos ter redundância ou seja, alternativas de abastecimento, e a alternativa que foi programada para o Seixo era o 2.º furo, porque haviam 2 furos, falhava um, havia outro. E eu disse assim: imaginem que falha a energia elétrica ou temos um problema grave, nas bombas, nos dois furos? Nós não temos alternativa. E por isso fizemos o projeto e começamos a fazer a transvase do PLIA até ao reservatório do Meco e quero dizer que, em boa hora o fizemos, porque na 6.ª feira estávamos a 60 metros do tanque do Meco, e foi isso que resolveu o problema. Os trabalhadores trabalharam dia e noite, por amor a esta terra, até conseguirem instalar os tais 60 metros de conduta para que se pudesse normalizar o abastecimento, e quero dizer que se não fosse isso, nem na semana seguinte teriam água porque o problema é muito grave. O furo está a colapsar. Ele está a funcionar, mas está a colapsar ou seja, está a dar pouca água. Quero dar outra nota importante, também não podíamos, porque como foi uma surpresa para nós, também foi surpresa noutros Municípios, basta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

ver, está na Comunicação Social, o consumo anormal no período da Páscoa, que exigiu uma sobrecarga na rede de abastecimento. Como nós temos um sistema débil, muito debilitado, naturalmente que este excesso de consumo vai originar quebras no fornecimento. Correu mal, avaliem porquê. Atribuem o grau de culpa que entenderem ao Executivo, a mim próprio, não tenho problemas nenhuns, porque sou eu que estou a liderar esta equipa de trabalho. Eu não posso fazer mais nem exigir mais dos nossos técnicos. Posso efetivamente melhorar a comunicação, tal como já disse na reunião de Câmara, mas quero-vos dizer que para nós isto foi uma situação evolutiva que não gerou na primeira hora o pânico de avisar as pessoas que iam ficar sem água, porque para nós a informação que estava a chegar é que havia apenas uma diminuição de caudal. Não era um rutura; não era uma quebra de fornecimento; era uma diminuição de caudal, e, por isso mesmo, eu penso que da próxima vez os nossos Serviços vão estar mais bem preparados. Quero-vos ainda dizer que, nem eu, nem o vice-presidente, temos os códigos de acesso ao facebook e como estávamos empenhados na solução do problema, não nos lembramos do facebook porque, para nós não ia faltar a água; para nós ia continuar a haver um problema no abastecimento de água, não tão grave. Aceito a crítica, é uma crítica construtiva e positiva, da próxima vez vamos tentar avisar as pessoas com mais tempo. -----

----- Em relação à Dr.ª Dora, eu gostava de que todos os munícipes ajudassem a pagar a fatura da água ao Município, e vou dar uma nota para perceber que a sua interpelação pode ser muito bonita do ponto de vista político, pode ter impacto político, mas na prática não ajuda a construir uma solução. Hoje mesmo dei ordens para que se fizesse um novo furo no Seixo, vai custar 38.000 €, e só foi dada hoje a ordem porque só ontem me chegou um outro orçamento que era de 60.000 €, e, por isso mesmo, dei ordens para se avançar com o procedimento dos 38.000 € rápido para que se dê já início à solução. Vai haver hoje uma reunião por causa da telemetria, nós já temos as estações meteorológicas, os dataloggers instalados e precisamos daquela informação preciosa que eu ando a perseguir aqui há muito tempo, que é ter informação de que a bomba parou naquela captação e de que o nível da água baixou. Isso tem que ser feito por meios eletrónicos, hoje já é possível porque nós temos instaladas essas estações meteorológicas que usam dataloggers e já é possível instalar esses sensores. -----

----- Também hoje, vai haver aqui uma reunião na Câmara, e, como devem perceber, nós estamos a falar de coisas do Século XXI, não é da pré-história em que está a nossa rede, ou seja, nós estamos a incorporar na rede arcaica e pré-histórica, elementos do Século XXI que muitos sistemas de abastecimento aqui nas redondezas não têm, e estou a dizê-lo claramente. Mas eu quero ter informação preciosa de que o nível da água baixou, de que a bomba parou, por uma explicação tão simples como esta: nós só sabemos que a bomba parou ou a água falta nos tanques 4 horas depois do evento. Isto já é assim há muitos anos e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

é este “delay” que eu quero superar. Hoje vai haver aí uma reunião, espero que a implementação desta telemetria se acelere, mas não é barata, cada jogo de sensores destes custa muito dinheiro e é bom que os munícipes deste Concelho também tenham consciência deste investimento contínuo que estamos a fazer, e, já de agora, também dar uma nota porque a própria recomendação da Dr.^a Dora Maia insinua isso, eu gostaria que vocês tivessem em devida nota, aquele aumento que o Governo estipulou para a água e aquilo que eles pretendem fazer com a água. Eu não estou aqui a falar do partido A, B, ou C, é aquilo que eu já sabia que ia acontecer, e quero-vos dizer que o Município de Montemor-o-Velho tem um estudo de um tarifário devidamente fundamentado e não vai admitir ingerências no seu tarifário. Vai defendê-lo até ao fim. Os aumentos preconizados pelo Governo a nível nacional são de uma percentagem muito parecida com aquela que nós temos no nosso aumento. Vejam-no e até arriscava a dizer que em determinadas situações é mais grave porque eles já estão acima, e portanto, vejam-no com atenção, e validem aquela informação que eu aqui dei quando anunciámos o aumento da água, porque o que estávamos a fazer era precisamente para evitar isso mesmo. -----

----- Quanto ao membro Luís Madaleno, confirmo que efetivamente me agradeceu a primeira intervenção, porque a segunda intervenção ocorreu depois da última Assembleia. É o que eu posso informar sobre esta sua interpelação.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Nós continuamos no ponto 2, eu tenho um pedido de inscrição, mas lembrava a Assembleia do seguinte. Efetivamente, no nosso regimento há duas pessoas que não têm limite de tempo de intervenção: eu próprio e o Senhor Presidente da Câmara, todos os Senhores deputados municipais têm. De qualquer maneira, dentro dessa perspetiva e respeitando o tempo de intervenção que cada deputado municipal pode ter, eu agradecia que fôssemos parcimoniosos na utilização do tempo que temos para a nossa Assembleia.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ouvi com toda a atenção o Senhor Presidente da Câmara e a forma como se expressou. Fica-lhe bem o slogan por amor a esta terra, agradeço a sua publicidade. Naturalmente já se esqueceu de fazer melhor. Por outro lado, quando eu disse, e V. Ex.^a entendeu mal, eu sei que V. Ex.^a anda um pouco nervoso, mas quando fala no amor fica mais leve, e na parte final mostrou que estava mais leve, falou por amor a esta terra, você gosta, não gosta Senhor Presidente? Mas claro, não gostei, porque entendeu mal, quando eu disse que recebia uma mísera senha de presença, é verdade. Qualquer um de nós desloca-se, põe em causa a sua própria vida. mas faço isto por amor, não por valor monetário. -----

----- Quando às ajudas de custo, ainda não recebi nada, mas não pretendo recebê-lo, e quero que fique imediatamente em ata que este dinheiro vai para a APPACDM, pelo que não o pretendo receber. Pretendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

que quando disponibilizado, vá para esta associação para socorrer estas crianças diminuídas deste Concelho, porque eu estou aqui por amor a esta terra, com dignidade e verdade. -----

----- Quanto à minha residência oficial, como V. Ex.^a sabe, estou dentro da Lei, cumpro a Lei e tenho direito àquilo que V. Ex.^a entretanto disse, mas que não pretendo receber. Pretendo efetivamente ajudar uma instituição dentro destas possibilidades. Dar o meu trabalho a esta instituição que tem muita dignidade. Por outro lado, eu não exijo, eu peço à Senhora funcionária, por favor, porque mandando por correio para Lisboa, o tempo que se perde, quando o recebesse já tinha passado o prazo da Assembleia. Se o Executivo Camarário ou o seu Gabinete de Apoio está a trabalhar tão rápido a executar esta documentação toda, quando a enviassem até já tinha decorrido a Assembleia. É uma questão de facilitar, de ter bom senso, que peço à Senhora funcionária, e aqui lhe agradeço imenso a sua abnegação e a sua dedicação ao seu trabalho, e faz isso com zelo, e eu respeito muito isso. Há pouco o Senhor disse, na defesa da honra dos seus funcionários, que eu ofendi os seus funcionários? Eu ofendi? Fiz-lhe alguma coisa de mal? Se calhar o senhor é que lhes faz mal porque fazem horas extraordinárias e não lhes paga. O tempo da escravatura acabou. Isso não é amor a esta terra, isso é exploração. Não pode ser. -----

----- Quanto ao seguro o Senhor falou muito bem, porque da 1.^a vez que olhámos para estes montantes, estavam um pouco baixos e agora estão, efetivamente, com alguma dignidade. O Senhor só não me respondeu é a quem é que os faz, a quem é que foram atribuídos, quem é que ganhou estes concursos. Também gostava de saber por uma questão de transparência e dignidade.” -----

----- Quanto ao INAG, diz que não podem intervir e que têm falado com a vice-presidente. V. Ex.^a não fala com Deus, fala só com os Santos. Se falasse com Deus diretamente estas coisas têm o seu modo de se ultrapassar. Andam a falar com os Santos, claro, depois dá nisto. É o seu trabalho Sr. Presidente, é um trabalho realmente árduo, mas é a incumbência da sua vitória. -----

----- Neste sentido, Senhor Presidente, estou tranquilo e estou aqui tão só por amor a esta terra, com dignidade e verdade, slogan pelo qual V.Ex.^a já esqueceu o que fazer melhor. Ainda bem. Gostei Senhor Presidente. Obrigado.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Não havendo mais nenhum membro inscrito neste ponto, iremos passar ao ponto 3. da ordem de trabalhos, não sem que eu me permitisse dizer uma questão suplementar. -----

----- Pensei que tinha sido de facto, um lapso dos Serviços e aceitei (usando as palavras do Senhor deputado Luís Madaleno) a “politiquite” de receber os CD’s que me foram entregues pelo senhor deputado Oliveira e Sousa. Os CD’s têm a documentação em PDF, para que fique esclarecido. -----

----- Segunda questão, aproveito para dizer o seguinte: o Senhor Deputado Municipal Oliveira e Sousa é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

o único deputado Municipal que recebe documentação desta Assembleia em papel, por e-mail, em CD's e, desculpe Elisa que o diga, com SMS da funcionária desta Câmara.-----

----- Eu sei que é muita documentação, eu reconheço, mas de facto há questões que temos, usando as palavras do deputado Oliveira e Sousa, de tratar com dignidade todos os que estamos nesta Assembleia, e não pretendendo fazer a defesa da honra de ninguém, o Senhor Presidente da Câmara é que representa a Câmara, em juízo e fora dela, ficava de mal comigo próprio se não dissesse o que acabei de dizer.” -----

----- **Ponto 3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas**

2014 – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Como questão prévia, Senhor Presidente da Assembleia, eu solicitava que me permitisse que fosse acompanhado pelo Professor Doutor Marques de Almeida. As contas deste ano têm uma novidade que me parece merecer a especial atenção de V. Ex.^a e de todos os deputados desta Assembleia, que é a certificação legal das mesmas contas. Isto é uma novidade absoluta nesta casa, e penso que será uma mais-valia para os Senhores deputados, e para todos os presentes nesta sala, ouvir o Senhor Revisor Oficial de Contas, que, com detalhe, poderá esclarecer aquilo que for necessário e também se sujeitar às questões dos nossos deputados. -----

Colocaria o desafio ao Professor Doutor Marques de Almeida, que explicasse, porque é a primeira vez que aqui vem, como é que isto se processa, e, em particular, a frase onde refere a questão da salvaguarda que me foi sugestionado pelos Senhores Vereadores e penso que a sua presença aqui é uma explicação que todos merecem perceber, porque provocou alguma celeuma na reunião de Câmara.” -----

----- Usou da palavra o Professor Doutor Marques de Almeida que disse: “A nossa sociedade emitiu um relatório de auditoria sobre as contas que foram apresentadas pelo Município no ano de 2014. Queremos afirmar aqui que tivemos acesso a tudo aquilo que quisemos e que a nossa atuação não foi condicionada absolutamente por nada, e que usamos os critérios de independência totais que devem ter estas matérias. Portanto emitimos um relatório de opinião sobre as contas do Município com duas reservas. A primeira reserva tem a ver com o facto de as contas no ano anterior não terem sido auditadas, e portanto isto é uma reserva que flui das normas internacionais de auditoria, e conseqüentemente a Câmara aqui, ou os seus decisores, não têm nada a ver com esta situação. Portanto, é uma reserva que resulta da própria teoria e normativa da auditoria. A segunda reserva tem a ver com uma situação que se refere aos imobilizados em curso e que atinge um montante já bastante elevado e com maturidade e que neste momento o valor global são 32.501.449€. Estes trinta e dois mil euros em números redondos, são um conjunto de investimentos que foram feitos no decurso de vários anos pelo Município de Montemor-o-Velho e que estão ainda no bolo que não lhes está devidamente destinado. Não sabemos se são de infraestruturas, se é um investimento A, B ou C, e portanto estão aí num molho que tem de ser de facto devidamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

harmonizado e canalizado para as respetivas rúbricas do imobilizado. Esta reserva é de facto uma reserva com alguma substância na medida em que todos os investimentos que foram feitos antes de 2013, o estado de transparência em termos contabilísticos, é muito fraco, e portanto é preciso que os Serviços da Câmara se empenhem no sentido de esclarecer que tipo de investimento em curso são estes, e a Câmara tem de facto a informação para isso, para que no próximo ano esta reserva naturalmente saia das contas da empresa. Porque, se de facto tivéssemos contabilizado as amortizações e as depreciações correspondentes a este imobilizado, talvez os resultados do Município não fossem estes, teriam de ser, necessariamente menores. Este é o aspeto mais substancial que se aponta às contas do Município de Montemor-o-Velho. -----

----- A nossa opinião, é uma opinião com reservas, não poderia ser neste caso de outra maneira, e, ressaltando estes dois aspetos, de as contas não terem sido auditadas no ano anterior, mas como disse, isso é um aspeto que não tem nada a ver com os decisores da Câmara, e outro aspeto é que, ao serem contabilizadas as amortizações, o resultado de facto do Município não seria este, seria naturalmente menor e, para que as contas, de facto, sejam transparentes, sendo um empenho do Executivo e do Senhor Presidente que as contas sejam mais transparentes possíveis, este facto merece ser devidamente analisado pelo Executivo para que no próximo ano as contas ainda sejam mais transparentes do que aquilo que foram já este ano. -----

----- Resumindo, a nossa opinião é uma opinião com reservas, e, ressaltando estes dois aspetos, tudo o que está no Balanço, todas as contas maioritariamente, estão corretas, estão transparentes e estão feitas de acordo com o POCAL. -----

----- A nossa recomendação é que a Assembleia aprove as contas com estas reservas naturalmente. -----

----- Em termos mais específicos, nós elaborámos um relatório de auditoria que penso que os Senhores Vereadores e os Senhores deputados têm, um relatório analítico bastante profundo de mais de 20 folhas, onde se faz uma análise e um retrato em termos patrimoniais e em termos orçamentais do que foi a atividade desenvolvida pelo Município durante o ano 2014. -----

----- A primeira situação que vou referir é agradecer o facto, a todas as pessoas que colaboraram connosco porque as mesmas foram impecáveis e deram-nos todas as informações que nós necessitávamos para elaborar este relatório. -----

----- Em termos muito rápidos, muito macro, retirando este aspeto do imobilizado, que já foi aqui referido, foram contabilizados 792.000€, referentes ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, isto também era obrigatório fazer durante o ano de 2014. É a participação do Município no FAM. -----

----- Relativamente aos acréscimos e deferimentos, o IMI do ano anterior já foi contabilizado, vai ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

recebido no ano que já está a decorrer, e esse valor foi estimado em 2.714.800€, a própria participação no IRS e a Derrama. -----

----- Outra situação que também foi ponderada, há todo um conjunto de contencioso sobre o Município, e o Executivo decidiu e bem reforçar as provisões este ano, uma vez que as indemnizações que estão reclamadas ao Município são de 1.280.000€, e neste caso o Executivo decidiu provisionar o que é de realçar. -----

----- Os indicadores financeiros e os indicadores orçamentais. No que diz respeito aos indicadores financeiros do ano 2013, para o ano 2014, genericamente todos eles exprimem uma tendência positiva, quer em termos de liquidez, quer em termos de imobilizações, quer em termos de estrutura de dívida. Isto são os números a falar. Outro indicador que também se nota é que o montante de despesas orçamentadas e o montante de receitas orçamentadas estão inflacionadas relativamente à execução que se fez. A execução é baixa comparada com o nível que foi projetado no orçamento para o ano 2014. No entanto, realça-se que nenhuma despesa, quer corrente, quer de capital, ficou acima do montante orçamentado. ---

----- As despesas correntes tiveram um grau de execução de 66,98 e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 11,18. Esta execução aumentou face ao período homólogo do ano anterior. -----

----- Um aspeto de frisar é que o global da despesa paga em 2014 diminuiu 10,55, em relação à despesa do ano 2013. -----

----- Os rácios orçamentais revelam também alguma tendência positiva que naturalmente precisa de ser aperfeiçoada e melhorada.-----

----- A dívida total diminuiu 2.368.507€, muito embora na estrutura de dívida, a Câmara tenha excedido aquilo que devia, e naturalmente tem que recuperar isso ao longo dos tempos, de acordo com a legislação.

----- Em termos de apreciação macro, e apreciação à base dos números, direi que comparativamente ao ano 2013, que não foi auditado, há uma tendência positiva que é refletida nas contas que são apresentadas pelo Executivo do Município de Montemor-o-Velho. -----

----- Por fim, queria agradecer a disponibilidade do Município no tocante à liberdade total que deu à Sociedade de Auditores para proceder ao seu trabalho e agradecer também estes 5 minutos que me foram concedidos.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Com a permissão do Senhor Presidente da Assembleia, quero também agradecer à Sociedade do Professor Marques de Almeida e às suas colaboradoras. Quero aqui dizer que foram exigentíssimas, conseguiram surpreender todos os nossos colaboradores, e houve aqui momentos em que ficámos em estado de choque porque eles não estavam habituados a um grau de exigência tão elevado, no entanto sempre o fizeram de uma forma pedagógica, e cordata, o que me apraz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

aqui registar, e por isso mesmo lhe agradeço a sua disponibilidade a si e às suas colaboradoras para nos ajudar a fazer melhor as nossas contas e a apresentá-las melhor.” -----

----- Pede a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Ainda bem que a Lei exige efetivamente a existência de um ROC e de uma empresa que faça o acompanhamento à prestação de contas, ou às contas que, depois mais tarde nos são apresentadas a nós Assembleia Municipal.-----

----- Eu quero agradecer também ao Senhor Professor Marques de Almeida pela explicação que deu a algumas questões que eventualmente tinha aqui com pontos de interrogação, tendo sido bastante claro; há qualidade e há síntese no seu relatório de auditoria que é bastante claro. -----

----- Relativamente ao documento de prestação de contas, eu quero dar nota que de facto é um documento muito técnico, já dissemos aqui que, em tão pouco espaço de tempo não se tornou fácil para nós fazermos uma leitura atenta, se bem que esta documentação que recebemos da empresa do Senhor Professor Marques foi efetivamente muito importante. Não podemos deixar de dizer nesta Assembleia que, para que aquele documento de prestação de contas fosse feito, reconhecemos aqui o trabalho dos funcionários, naturalmente, e que nas tabelas que há pouco o Senhor Presidente falou, também nos foi possível verificar com mais clareza, tendo-se verificado ainda, na parte do documento alguma clarificação, que é importante para nós enquanto Assembleia Municipal. -----

----- Eu não tenho muito mais para acrescentar. Apenas que na certificação legal das contas, chamou-nos a atenção as ênfases que o Senhor Professor também já explicou, nomeadamente a execução orçamental da receita e da despesa no Exercício de 2014 que foi respetivamente 28,44 e 27,70; a questão da dívida que se encontra abaixo, e de facto o relatório da auditoria demonstra também um aumento das receitas provenientes dos impostos, tal como já referiu, nomeadamente o IMI, e de forma geral o documento foi por nós visto e analisado. Verificámos que inclusivamente neste documento o Senhor dá algumas recomendações ao Executivo, naturalmente para melhorar a apresentação das contas 2015. Aí também já a empresa poderá fazer a análise comparativa, uma vez que em 2014, torna-se obrigatória esta situação, e então já conseguirão fazer essa comparação de que falou, e muito bem, e mais uma vez digo e muito bem porque efetivamente é obrigatório, porque para nós que temos tão pouco tempo para analisar toda esta documentação, é indiscutivelmente importante essa prestação que o Senhor Professor deu, tanto escrita, como agora neste curto espaço de tempo. -----

----- Recomendam, na página 315, que seja feita a desagregação por conta da obra, está logo abaixo, é apenas uma leitura que eu fiz e verifico da importância que dá a algumas questões. -----

----- Na página 317, que o Município reveja a sua política de seguros, hoje tão falada aqui, mas se a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

empresa assim o diz, é porque efetivamente essas questões têm de ser tidas em conta, e portanto basicamente para já é o que nos apraz dizer.”-----

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Quanto a este ponto, nós fizemos uma apreciação quer quantitativa, quer qualitativa. Há que ter noção do que estamos a analisar quando se fala aqui das contas de uma entidade: o Município, como uma Autarquia, como uma qualquer empresa, é uma entidade viva, e a sua contabilidade não é mais do que a tradução numérica da sua situação, do seu estado de saúde. Portanto, convém desde logo destacar que pela 1.ª vez existe uma certificação legal de contas, certificadas por um ROC, isto significa tão só que existe certeza nas contas, existe transparência e existe credibilidade nas mesmas, ou seja, pela primeira vez pudemos, com um grau elevado de certeza, saber onde estamos, como estamos e efetivamente para onde vamos, porque efetivamente pela 1.ª vez, as contas apresentadas pelo Executivo poderão ser consideradas um verdadeiro instrumento de controlo de gestão, um instrumento previsional de gestão, por oposição a um navegar à vista. -----

----- 2014 poderá ser considerado, pelas contas aqui apresentadas, um ano de contenção, de racionalização e de preparação do futuro. Houve melhorias significativas de todos os indicadores de gestão. Houve redução de despesa; redução do endividamento; melhoria das receitas e melhoria dos fundos disponíveis, apesar destes se manterem ainda em valores negativos. -----

----- Numa análise mais quantitativa, podíamos aqui salientar vários pormenores, mas já tivemos essa oportunidade, e quem consultou o documento facilmente poderá depreender estes mesmos valores. Tivemos uma redução de 2,2 milhões nas dívidas a fornecedores; 1,1 milhões nas dívidas a instituições de crédito; 2,3 de redução do excesso de endividamento e melhoria dos fundos disponíveis. -----

----- Para além de todos estes pormenores que, e para não me tornar demasiado exaustivo, que nós estivemos aqui a destacar, penso que é extremamente importante salientar o seguinte: as contas de 2014, culminaram com o inédito resultado líquido do exercício positivo de meio milhão de euros, e esta é que é a grande diferença.-----

----- Perante este cenário de equilíbrio orçamental, do exercício 2014, perante este cenário de melhoria a toda a linha dos indicadores de gestão do Município, e perante este cenário de uma gestão cautelosa, criteriosa e profissional do Executivo, que certamente levará o Município a bom porto, a uma situação de reequilíbrio financeiro, a posição desta bancada não poderia deixar de ser favorável à aprovação destas contas. -----

----- Gostava de deixar no ar a seguinte questão: esta reserva que foi aqui colocada relativamente ao imobilizado, o que era interessante aqui saber, é porque é que anteriormente não era feita esta desmultiplicação? Isso é que era interessante.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A minha intervenção vai ser de âmbito político, não vocacionado, nem pretendo aqui analisar o documento tecnicamente, nem nada que se pareça. -----

----- Quando em 2013 votámos o orçamento, do qual agora estamos a prestar contas, assumimos dificuldade em votar favoravelmente esse documento. Apenas e só o fizemos para assumirmos uma posição de solução para o problema e não o contrário. Foi um voto de confiança para alterar o rumo que os destinos do nosso Concelho até então tinha seguido. Alertámos para o perigo de orçamentar um cenário que não existia, nem poderia existir no futuro. Este documento é a prova disso mesmo, em termos técnicos nada a registar, também, com tantos técnicos, com as próprias imposições legais a ajudarem a construir um documento tecnicamente válido e correto, mau seria que assim não fosse.-----

----- Estão presentes neste momento alguns ajustes, alterações de critério, que são corretas de fazer, nomeadamente no que diz respeito às receitas que correspondem ao ano do exercício a que elas mesmo dizem respeito. -----

----- Contudo, há uma questão muito importante relativamente ao saldo positivo. Não podemos falar de saldo positivo quando não estão refletidos neste relatório os compromissos e as obrigações que esta Autarquia assumiu e que esta Assembleia aprovou, nomeadamente com o Plano de Saneamento Financeiro, e que para isso muito pouco contribuiu o Município. -----

----- Mas convém também salientar que não pode o Senhor Presidente da Câmara congratular-se com a diminuição da dívida. O Executivo do PS foi pelo caminho mais fácil, aliás, não vislumbro qualquer diferença entre o Governo do PSD/CDS e a Câmara Municipal do Partido Socialista, se não vejamos: quando chega ao Município endividado, não tomou partido das populações; tomou medidas indo contra as pessoas; está a tirar poder de compra às pessoas; está a asfixiar financeiramente não só os nossos munícipes mais desfavorecidos, mas também a classe média, que passa por grandes dificuldades para conseguir cumprir os seus compromissos e as suas obrigações. Pagam o IMI, pagam a água, pagam o saneamento, valores para os quais o Município, e nomeadamente o Senhor Presidente, deveriam ter contribuído para desagregar o custo de vida dos munícipes de Montemor-o-Velho. Esta Autarquia recebe cerca de 5.000.000€ provenientes desses impostos diretos. -----

----- Para não falar depois do agravamento e das dificuldades que o Governo do PSD/CDS veio acentuar no preço da energia, dos combustíveis, do acesso à saúde e à educação, na redução dos salários, das pensões e das reformas. -----

----- Por isso, Senhor Presidente, não há mesmo grande diferença entre o Governo de direita e este Executivo do Partido Socialista. Para mais, bem pode o Senhor Presidente congratular-se com saldos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

positivos, quando retirou cerca de 380.000€ às associações do Concelho, quando diminuiu drasticamente o apoio às Juntas de Freguesia, quando se limita apenas a acabar obra e ficar com muitos projetos na gaveta, sem qualquer investimento que se vislumbre a curto e médio prazo.-----

----- Provavelmente teremos sim, no último ano de mandato, obra que terá intenções que a renovação do mandato impõe.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Claro que o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, concorda com as palavras do meu antecessor, Ricardo Brites. É óbvio que estas coisas estão subjacentes, mas, como eu não sou licenciado em economia, sou um simples advogado que só gosta de ver as coisas e dar algum palpite sobre as contas feitas e analisadas, pelo ilustre Professor que deu as explicações.-----

----- Pretendia questionar o Senhor Professor, que me esclarecesse, para que eu depois a seguir dê a minha opinião política, porque o meu forte nunca foi matemática, nem números, Senhor Professor.-----

----- A receita de capital nem 10% é. O investimento desapareceu. Queria questioná-lo porquê?-----

----- Impostos diretos cresceram 17%. Porquê?-----

----- Transferências de capital, fundos desceram 64,5%. Despesa corrente a subir (2013/2014). Despesa de capital a cair (2013/2014). Aquisição de bens e serviços +/- 20%. Eu não sei o que é que consta desta rubrica bens e serviços. Bens eu sei, são tudo o que usamos e tudo mais; aquisição de serviços não sei se são avenças, se são outras coisas, gostava que me esclarecesse se fizesse favor.-----

----- Despesa corrente a subir 7,3 (2013/2014); investimentos a caírem 36%; a relação da dívida (2012/2013) penso que diminuiu 1,9, agora diminuiu 1,10; a negociação dos empréstimos, segundo me parece ver, não sei se estou errado, 3,75%, penso eu que é isto.-----

----- Gostaria que o Senhor Professor nalgumas perguntas, tão sucintas como eu fiz, mas com a simplicidade que me caracteriza, gostaria que me respondesse para eu, no fundo, dar a minha opinião política.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Há aqui um esclarecimento prévio. Por respeito ao Senhor Professor, há aqui questões que não podem ser respondidas, porque não constam do relatório do Senhor Professor e, parece-me a mim, e salvo o devido respeito, que o Senhor deputado não leu os documentos, e portanto há aqui qualquer confusão em termos de números porque não batem com os que estão aqui. Parece que não estou a dizer nenhuma inverdade, estou a ser honesto e sincero. Eu não sei que documentos é que o Senhor deputado leu porque não batem com os números que nós temos aqui, mas não tenho qualquer problema em dar a palavra ao Senhor Professor.”-----

----- Usou da palavra o Professor Doutor Marques de Almeida que disse: “Eu de facto, faço das palavras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

do Senhor Presidente as minhas. Eu elaborei o meu relatório onde estão dados quantificados, eu não faço leitura política disso, nem devo fazer. O Senhor deputado faz e está no seu direito de a fazer. Para mim os dados são estes, são dados objetivos. São dados que resultam de uma análise pormenorizada, rigorosa, profissional, dos dados que foram apresentados pelo Executivo camarário. As leituras políticas que se podem fazer, que se pode extrair ou extrapolar destes dados, a mim, como é óbvio, não me compete fazê-la, nem sou obrigado a fazê-la. Portanto, os indicadores e os números que apresentou se são tirados do relatório tem de me dizer em que página é que estão, que é para eu poder explicar. Se são números desgarrados, peço desculpa, mas não vou responder sobre esses indicadores.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Professor fiquei agradecido com a sua resposta. Fiquei, tão só, na mesma, ou pior, porque agora veio solicitar as páginas. Nem tenho vontade, nem estou nesta altura com tempo para consultar essas ditas páginas. E é óbvio, também falando verdade, não tive tempo, dado o curto espaço de tempo em que me foi entregue, de aprofundar plenamente estes números, apenas retirei deles, numa certa globalidade, estas referências, que me ficaram aqui e que eu escrevi. E V. Ex.^a disse e muito bem, não tem que fazer aqui política, veio com a sua forma de estar técnica, em que realmente, como eu não li, estou a ser mau aluno, porque não tive tempo, porque é tanta documentação. É óbvio que não faço questão agora de o questionar, mas agradeço a sua simpatia, a sua elevada correção e por isso muito obrigado.-----

----- Passaria então à minha análise política do contexto, se eu poder tirar algo dele. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, tem-se esforçado para manter o amor e a dignidade, mas aqui o que vejo é que os cidadãos deste Concelho, cada vez pagam mais impostos: o IMI subiu que foi uma coisa assustadora, os impostos indiretos, as taxas, enfim, tudo, e realmente o PS, a nível nacional, defende inclusivamente a descida dos impostos aos cidadãos, mas, como é normal entre o PS, aquilo que diz não faz, porque a nível local, os impostos sobem assustadoramente. Penso eu, como cidadão: eu acreditava nestas pessoas? Não. Então se a nível nacional o próprio PS luta para a descida dos impostos e a nível local eles sobem desmesuradamente? Enquanto que a nível local pretende fixar pessoas, motivar as pessoas a investirem, motivarem investimentos, fixação de pessoas, estamos a aumentar impostos, e, basta olharmos para o nosso Concelho. O nosso concelho é um deserto. É só festivais: arroz, lampreia e que mais. Nenhuma industria aqui foi criada. Vemos ali o Parque de Negócios, aquilo parece mais o Vietname, passou ali uma bomba, aquilo tudo abandonado, e eu pergunto, questiono, o evoluir destas situações com o aumento destes impostos quem é que vem investir em Montemor? Quem? Por isso minhas senhoras e meus senhores, os números que aqui estão refletem tão só aquilo que no aumento dos impostos nós pagamos a receita,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

porque de capital nem tão pouco fizemos projetos para recorrermos aos fundos comunitários. Muito pouco fizemos. -----

----- Por isso, não recorrendo aos fundos que nos podem ajudar a desenvolver, não vamos lá, porque somos um Concelho rural e cada vez com menos investimento, que gera menos receitas, enfim, estamos a empobrecer. Ficamos com os Festivais do Arroz, que são muito bonitos, os folclores, e acabamos entretidos cantando e rindo.” -----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Gostava de fazer uma intervenção mais de caráter político porque a análise técnica do documento foi feita, embora, necessariamente, a intervenção de caráter político tenha que referenciar números. -----

----- Este Executivo, contrariamente a algumas pessoas, e a algumas críticas que aqui foram feitas, em particular da CDU, e do deputado Oliveira e Sousa, pressupõem uma coisa que eu não sou capaz de fazer, e que um dirigente do meu clube de eleição, tentou fazer há uns tempos atrás, que é rasgar os contratos, não pagar as dívidas ou seja, esta retórica de que tudo está bem, tudo se podia fazer diferente, que se podia dar melhor qualidade de vida às pessoas, que se podia baixar os impostos, é uma retórica que fica, é um discurso político que fica bem, que colhe as atenções dos mais incautos, mas é preciso voltar à realidade. Já que estas pessoas querem embarcar numa viagem de balão, é pois preciso trazê-los à realidade. -----

----- A dívida colossal que este Executivo herdou ainda existe. Ainda está aí. Está nos números. É uma dívida absolutamente colossal para ser paga nos próximos 20 anos, não é uma dívida que se pague nos próximos 2 anos. Nem o brilharete deste Executivo ao pagar números auditados de 2.300.000€, mas que eu posso adiantar que já passam os 2.500.000€, que na semana passada pagámos mais de 200.000€ de uma dívida anterior, portanto já estamos em mais de 2.500.000€, penso que este brilharete é uma gota no oceano, em função de todo o cenário que nós aqui temos. Vamos falar de números corretos e concretos. Em primeiro lugar a diminuição da dívida é uma verdade, e porque é que foi feito? Foi feito para que pudéssemos optar pelo tal PAEL ou Reequilíbrio Financeiro, porque como foi aqui dito pelo Auditor, e eu já o disse na reunião de Câmara, os senhores deputados do PSD/PP falam naqueles 60.000.000€, naquele erro do jornalista e preferem só falar nesse valor daquela apresentação que ele fez, e eu venho sempre lembrando: lembram-se daquele diferencial que ele anunciava de 2.500.000€, que nós ficaríamos depois de contratualizar o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro, tal como ele estava acordado pelo anterior Executivo? É por causa disso. Eu quando peço que me façam estes relatórios não é para fazer política, é para gerir a Câmara, e o meu objetivo era limpar esse tal diferencial, e hoje já estamos em condições de poder contratualizar o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro porque esse diferencial está limpo e, por isso mesmo, vamos poder solver as dívidas de curto, médio e longo prazo da Câmara com total comodidade, mas vamos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

pagá-las nos próximos 20 anos. Esta geração que eu represento e as próximas gerações vão pagar os devaneios do passado, e não nos podemos esquecer disto, as contas de hoje são o reflexo disso ainda. Nós não estamos desafogados, parece que há uma tentativa e quase que forçam o Presidente da Câmara (estando sempre a dizer não fale nisso, está sempre a falar nisso), eu não posso deixar de falar nisto porque vocês depois tiram do discurso este dado, mas ele faz parte da realidade incontornável, e portanto eu não posso deixar de falar nisto. -----

-----Vamos aqui falar de outra coisa. O Passivo global tem uma diminuição de 0,8%, ou seja mais de 474.000€, isto é outra realidade que está aqui, isto são números muito importantes. Os fundos disponíveis, e os pagamentos em atraso, levaram uma verdadeira limpeza, isto é importante que se diga. Nós, em agosto de 2013, que era o dado que tínhamos em fundos disponíveis, nós tínhamos um número de 13.145.000€ (negativos) e, isto assusta qualquer um mas, não assustou este Executivo. Hoje estamos a falar em 7.500.000€ (negativos) ou seja, até nisto estamos a fazer aquilo que se impõe. Nos pagamentos em atraso, relembro que tivemos em outubro 4.0100.000€ e depois subiu, porque houve todos aqueles compromissos assumidos pelo anterior Executivo em setembro, chegou, em abril de 2014 aos 4.464.000€, e em fevereiro estamos nos 2.693.000€. isto são performances de execução e de gestão verdadeiramente notáveis, quer queiram, quer não. Isto é política pura e dura. Quando eu erro também assumo, quando faço bem também gosto de puxar pelos galões, e dão-me esse direito de certeza absoluta. -----

-----Já agora, isto é a resposta direta ao deputado Ricardo Brites, nós não temos nada a ver com o Governo de direita e essas são frases feitas, é retórica pura e dura. Vamos ver os resultados no anexo 2 da Auditoria, e os resultados líquidos são de 532.000€, mas eu explico porquê. É porque nós temos que transitar resultados porque eu não podia pagar mais de 200.000€ de uma dívida pois que eu sabia que tínhamos esse problema em tribunal, e nós não podíamos, quando a sentença caísse, dizer que não tínhamos dinheiro. Portanto, nós quando trabalhamos para resultados positivos é porque efetivamente tem que transitar dinheiro para pagar as dívidas. As dívidas são exigíveis, e aqui ninguém nos livra delas, não há rasgar de contratos, como o outro fez, e não se pode dizer que não se paga, porque a Câmara não pode dar-se à insolvência ou qualquer PER (Processo Especial de Recuperação de Empresas). A Câmara tem que resolver os problemas efetivamente.-----

-----Para mim era mais fácil, se fosse um gestor privado a resolver estes problemas. O problema é que eu não posso ir a esses meios.-----

-----Temos resultados financeiros e temos resultados extraordinários, tudo positivo. Eu falo com clareza. Onde é que estamos mal e onde é que realmente houve resultados negativos? Nos resultados operacionais. É preciso perceber que isto resulta da diferença de uma conta matemática que se faz entre o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

A e o B, vejam lá nos resultados, e eu tive que provisionar, tive que colocar mais 600.000€ de provisões, por causa de processos judiciais, que eu herdei. Eu se provisionei, foi porque fui abrigado a fazê-lo, e portanto isto influencia diretamente os resultados operacionais, porque senão, estes resultados até seriam espetaculares, mesmo negativos. Não é fácil. Isto é a máquina da Câmara, isto é o resultado de uma cultura que existe nesta Câmara, implementada ao longo dos anos, e que este Executivo num ano e meio está a procurar corrigir à velocidade da luz. -----

----- Está aqui nas despesas correntes, muito do que eu aqui venho dizendo: os 500.000€ da água, se fosse uma manutenção normal, estes resultados operacionais tinham sido espetaculares, porque é uma inversão nítida. -----

----- É evidente que eu não peço ao Senhor Auditor, nem ao Auditor Interno que diga isto, mas quem quiser e quem tem a coragem de estar na sala e enfrentar o Presidente de Câmara, tem que assumir que são resultados espetaculares, e por isso é que é preciso ter coragem para enfrentar o Presidente da Câmara quando ele está a dizer isto. -----

----- Neste mandato fez-se uma inversão que nunca ocorreu nos últimos anos, e já agora os resultados operacionais andaram sempre acima de 1.000.000€ (negativos) nesta casa, portanto, esta inversão é verdadeiramente espetacular. É evidente que isto tem custos, claro que tem custos. -----

----- Também não gosto, e já disse que reajo muito mal às inverdades. Este Executivo não aumentou impostos aos munícipes, é falso, é mentira. Os impostos, relativamente à política deste Executivo, estão iguais ao passado. Os fatores de cobrança estão rigorosamente iguais, nós não mexemos, não alterámos nem para cima, nem para baixo, ou seja, aquilo que existe em relação ao IMI, o fator 0,4 é o mesmo que se praticava há 3, 4, 5 anos atrás e nós não mexemos nisso. -----

----- Quero-vos dizer claramente que é impensável para um bom gestor reduzir a receita, porque se nós já temos resultados operacionais negativos, se reduzimos a receita quando é que nós vamos equilibrar as contas desta casa? Vocês querem equilibrar as contas, ou querem ficar a dever, ou querem rasgar os contratos? É isto que se trata, porque ou nós tratamos das coisas com seriedade, ou então, mais vale não estarmos aqui a dizer que somos gestores, ou que estamos a gerir a coisa pública. -----

----- É bom que se perceba que, se houver uma diminuição da receita, é natural que os resultados operacionais da Câmara sejam negativos. Mais, se são negativos estamos a gerar dívida. Mesmo com todos os resultados extraordinários ou seja, com o aumento da receita que é determinada pelo Governo Central, que fixou as taxas e os períodos de carência, e não este Executivo, e andam para aí a dizer que é o Executivo que o está a fazer. O que o Executivo não fez, foi baixar os 5% do IRS, não baixou, mas também não aumentou. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- É bom que fique esclarecido porque isto gera confusão. É esta retórica manhosa do discurso que eu não gosto.-----

----- Também quero dizer aqui uma coisa óbvia. Para qualquer um seria óbvio. A execução da receita e da despesa é baixa, mas é preciso perceber que o PAEL e o Reequilíbrio não foram acionados, logo isto influencia direta e efetivamente este valor. Quero dizer que, segundo os cálculos que os Serviços fizeram, a execução da receita seria na ordem dos 75%, se tivéssemos efetivamente acionado o PAEL e o Reequilíbrio.

----- Há aqui uma outra coisa, que são os tais 5.000.000€ da concessão da água que não foram executados, mas na altura em que foi feito o orçamento tinha que obrigatoriamente encarar todas as possibilidades porque a Câmara não pode falir. A Câmara não pode declarar falência, e portanto nós, como o anterior Executivo propunha a venda das águas, nós tínhamos que equacionar também essa solução. Felizmente eu hoje posso garantir que nós temos autonomia financeira suficiente para não ter que fazer a venda ou a concessão das águas. Neste momento já é possível dizer isto. Também é possível dizer que o tal número 3.75 do Spread que não aparece nas contas do Senhor Professor, foi algo que eu anunciei na Câmara e que tem a ver com a renegociação dos empréstimos e que eu também quero dar a conhecer a todos os deputados. -----

----- Os empréstimos da Caixa Geral de Depósitos tinham um Spread nominal de 5.75; do BPI de 6 e da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de 5.85. Nós concluímos a negociação e acordamos na possibilidade de redução deste Spread para 3.75 em todas as instituições bancárias. Alterámos também a maturidade da dívida para 20 anos, exceto no BPI, que já era de 20 anos. Isto para que o tal Reequilíbrio seja operante ou seja, para que o serviço da dívida seja comportável com a capacidade de libertação de receitas a gerar pela Câmara a partir do momento em que nós assinemos este Reequilíbrio. -----

----- É bom que se perceba que isto ainda vai para Tribunal de Contas, e vamos ver se aceita. Se não aceitar, as coisas tem que se equacionar de outra forma mais grave para o Município, e em particular para os trabalhadores, porque onde os gestores do FAM atacam é no pessoal. Uma das principais rúbricas da despesa desta casa é no pessoal, e é aí que eles vão dizer que é para atacar. Tudo faremos para que isso não aconteça, e tudo estamos a fazer para que isso não aconteça. Por isso mesmo é que eu não gosto de discursos de retórica. Este Spread ainda não é do agrado do Presidente, nem de ninguém nesta casa, porque efetivamente 3.75 ainda está acima do valor que era expectável só que há um problema, eu fui confrontado nas negociações, que me levou quase à rutura com uma instituição bancária. É que nós somos incumpridores. Nós temos um historial de incumprimento desde novembro de 2012, e eles dizem: o senhor primeiro começa a cumprir e depois é que vem negociar os Spreads, e por isso, demoramos tanto tempo a chegar a esta conclusão. Foi uma batalha muito dura, muito difícil, e quero dizer que, segundo aquilo que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

me foi transmitido, só conseguimos este valor pela performance, pelo desempenho que estamos a ter nas nossas contas municipais. Se não fosse isso, a Caixa Geral de Depósitos e as outras instituições, mas em particular a Caixa Geral de Depósitos, não tinha aceite baixar o Spread e alterar a maturidade. Foi um voto de confiança que nós lhe demos no desempenho da gestão financeira desta casa, que os levou a aceitar estes 3.75.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu agradeço esta informação suplementar do Senhor Presidente da Câmara, que como sabem não tem neste caso, a ver com o ponto da Ordem de Trabalhos, o que suscitou um pedido de intervenção de um deputado municipal, mas eu vou respeitar o ponto da Ordem de Trabalhos em que estamos, e vou passar à votação do presente ponto, dando depois a palavra às bancadas, se assim quiserem, para fazer a sua declaração de voto, lembrando que esta informação suplementar dada pelo Senhor Presidente, sobre os empréstimos, não faz naturalmente parte do ponto que estamos a discutir. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor -----
----- Carlos Lucas Correia -----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	Abstenção -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	Abstenção -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor -----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	A Favor -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano -----	Abstenção -----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso -----	A Favor -----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A Favor -----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	Abstenção -----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor -----
----- Jorge André da Silva Santana -----	A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia-----	Abstenção-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção-----

----- A AM tomou conhecimento.-----
----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) para apresentar a seguinte Declaração de Voto:-----

----- **Declaração de voto da Coligação PPD-PSD/CDS-PP “Mais por Montemor”:**-----

----- *“Valorizamos o trabalho técnico e a documentação apresentada, quer pelos Serviços da Câmara Municipal, quer pela empresa de Auditoria Externa, como obrigação decorrente da Lei 73/2013 de 03 de setembro, por outro lado, solicitamos que não se volte a repetir a entrega da documentação tão tardia, colocando em causa, a análise do trabalho preparatório dos mesmos. Consideramos que deve ser dada dignidade e respeito ao funcionamento dos órgãos autárquicos.*-----

----- *No entanto, o nosso sentido de voto, vai de encontro à votação dos nossos Vereadores, na reunião do Executivo Municipal, bem como à votação desta bancada no Plano e Orçamento 2014 ou seja, abstenção.*-----

----- Assim elencamos os seguintes motivos:-----

----- *- Baixa execução orçamental, cerca de 28% da receita e cerca de 27% da despesa;*-----
----- *- Baixa execução do Plano Plurianual de Investimentos, limitaram-se a continuar e a terminar algumas das obras que já estavam em curso quando assumiram o Executivo Municipal, e deixaram cair importantes candidaturas com financiamento aprovado nomeadamente a ligação rodoviária entre a Ponte de Formoselha e a Ponte das Lavadeiras e a Variante de Arazede, o que lamentamos profundamente, pois no novo quadro comunitário 2020 não se vislumbram linhas de apoio para novas infraestruturas.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Consideramos que tal se deveu essencialmente à falta de estratégia política e à falta de capacidade de negociação;-----

----- - Aumento da despesa corrente, indicadora de falta de controlo e critério da gestão corrente;-----

----- - Redução significativa das transferências para as Juntas de Freguesia e para o tecido associativo, apesar do relevante aumento, bem acima da previsão orçamental, da receita de impostos diretos pagos pelos munícipes deste Concelho.-----

----- Concluímos que houve diminuição da dívida à custa dos impostos diretos ao munícipe, da diminuição drástica das transferências para as Juntas de Freguesia, Associações e Clubes e da diminuição do investimento em infraestruturas estruturantes essenciais que penalizam essencialmente a população do nosso Concelho.-----

----- Consideramos que o futuro tem de ser compatibilizado com outros cenários, novas estratégias e novas políticas.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Lamento imenso que há pouco não me tivesse dado a palavra, mas respeito.” De seguida apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- **Declaração de voto do MPT:**-----

----- “Faço minhas as ilustres palavras da deputada Cristina Jorge do PPD-PSD/CDS-PP. No entanto gostaria de acrescentar que este Executivo que governa este Concelho, falta-lhes um golpe de asa, porque nem sequer para lá caminham.-----

----- Não tem estratégia. Não há estratégia nenhuma para o Concelho da análise a esta prestação de contas.-----

----- São pessoas com medo. Não têm criatividade, e até dentro deles não se entendem. Por isso, este pobre Concelho rural, tão bonito como é, não tem estratégia de desenvolvimento, nem modo de fixar as pessoas com esta forma de estar e com este tipo de gestão.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Apenas para deixar uma nota de que o nosso voto favorável, depois da minha análise política aqui feita anteriormente, apenas vai no seguimento e em consonância com o voto que na altura fizemos favorável ao orçamento e que agora, depois de analisado e deixando a nossa posição política, em coerência votámos favoravelmente este relatório.”-----

----- **Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Isenção de IMT requerida por Jorge Miguel Claro Nobre** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Esta é uma isenção que deve ser votada favoravelmente, de apoio a um jovem agricultor e, penso que consta tudo da informação.-----

----- Pediu a palavra o PJJ da Carapinheira, Victor Monteiro que disse: “Enquanto Presidente de Junta deste jovem empresário, Jorge Miguel Claro Nobre, não podia deixar de intervir e contribuir de forma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

incisiva para uma votação favorável deste documento. -----

----- O IMT é um imposto oneroso do direito de propriedade, sobre os bens imóveis. A Assembleia Municipal é um órgão que por proposta da Câmara Municipal, através de uma deliberação fundamentada e com a estimativa da despesa fiscal pode conceder a total isenção deste imposto. -----

----- Neste caso em concreto, a aquisição do prédio rústico, sito na freguesia de Montemor-o-Velho e Gatões, pelo que para o Sr. Jorge Miguel Claro Nobre, pelo valor de 20.000€, representa uma despesa fiscal de 1.000€, porquanto:-----

----- - Sendo a política do Executivo Municipal de fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;-----

----- - Aumentar a produtividade do setor agrícola aos jovens investidores;-----

----- - Promover o investimento e o apoio à criação de terras. -----

----- Considerando que os motivos justificativos apresentados pelo Sr. Jorge Claro estão devidamente comprovados e que se encontram preenchidos os pressupostos para a atribuição da isenção do valor do imposto, e que a atividade agrícola a desenvolver neste projeto poderá ser vista como um fator de desenvolvimento e gerador de riqueza para o Concelho e por conseguinte a criação de postos de trabalho. -

----- Por tudo isto, caros colegas, deve esta Assembleia apoiar e motivar os nossos jovens empresários, votando favoravelmente este documento sem qualquer condição.” -----

----- Pediu a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Neste ponto, o documento de apoio é sobejamente vasto, doura e sabiamente elucidativo. Tal como fizemos no passado, vamos votar favoravelmente. Mais uma palavra de apreço também, e de simpatia para com este nosso cidadão que quer investir no Concelho e desejar-lhe as melhores venturas pessoais na prossecução da sua atividade profissional e que contribua também para o desenvolvimento dele próprio e da sociedade que vai constituir e também da agricultura do Baixo Mondego. -----

----- Para ele parabéns, portanto estaremos de acordo e vamos votar favoravelmente, como disse.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites que disse: “Apenas para fundamentar que está previsto na Lei, está fundamentado e, portanto nada a opor.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Quanto a este ponto, não tenho nada a opor, até sugeria que algum técnico da Câmara acompanhasse este jovem a fim de ele não escorregar. Acompanhá-lo no seu trabalho e dar-lhe um bocado de apreço e de motivação para ele continuar. É um entre tantos, mas mais vale mais um do que nenhum.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor -----
----- Carlos Lucas Correia -----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	A Favor -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor -----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	A Favor -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano -----	A Favor -----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso -----	A Favor -----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor -----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A Favor -----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	A Favor -----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor -----
----- Jorge André da Silva Santana -----	A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco -----	A Favor -----
----- José de Oliveira de Sousa -----	A Favor -----
----- Sara Cristina Cruz Gomes -----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo -----	A Favor -----
----- João António Góis Girão -----	A Favor -----
----- Dora Marisa Pessoa Maia -----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Carlos António Cristino Alves -----	A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento Municipal do Centro Náutico** – O PMAM deu a palavra ao PCM para enquadrar o ponto, que disse: “Importava para este Executivo adequar a regulamentação de utilização do Centro Náutico a uma nova realidade. Ficou definitivamente esclarecido que o Centro Náutico tinha gestão, e que seria a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho a assumir todos os custos de manutenção do mesmo empreendimento. É evidente, não posso negar, que, apesar de todos os estudos financeiros e de todas as sustentações financeiras é um empreendimento que dificilmente gerará qualquer receita suplementar para além do pagamento da despesa.-----

----- Aquilo que tentamos fazer é disciplinar o uso; enquadrar devidamente o Centro de Alto Rendimento na estrutura, conferindo-lhe os privilégios que o Centro de Alto Rendimento deve ter, e aqueles que merece ter, e aqueles que assumimos no passado que devia ter, e acabar de vez com um conjunto de prepotências e indisciplinas que se verificavam no local. Para além disso, obriga-nos o imperativo de uma boa gestão que haja regras de utilização muito claras e muito esclarecidas da mesma instalação e é isso que consta do regulamento, foi amplamente discutido com todas as entidades. Quero dizer, para que não haja dúvidas que foi sancionado positivamente, ou seja, teve um parecer que não era vinculativo, mas eu tive o cuidado de mostrar este regulamento às Federações para que no futuro não houvesse qualquer equívoco e eles acordaram, em algumas situações deram sugestões e contributos para a melhoria da sua própria redação. Este regulamento tem a devolução daquele equipamento à comunidade, ou seja, a possibilidade da comunidade local poder utilizar aquele equipamento em algumas circunstâncias, disciplinadamente, com regras, mas esse sinal para mim é muito importante, em particular para mim e para o Vereador do Desporto, e para todo o Executivo pois também sei que é essa a sua posição. Também estarei no futuro disponível, estaremos todos disponíveis, para melhorar essa participação das pessoas dentro das limitações que um Centro de Alto Rendimento implica para uma utilização global e generalizada.”-----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Sobre este ponto da ordem de trabalhos a bancada vai votar favoravelmente, já que realmente este regulamento é um instrumento muito importante e que parece ajustado à realidade.-----

----- Para além de que com o trabalho com atletas de alta competição vai permitir uma maior abertura daquela estrutura às associações locais para que estas possam desenvolver as suas atividades ligadas aos desportos náuticos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Também podemos salientar que, à semelhança do que foi feito no passado, este Executivo também quer dinamizar e utilizar as zonas dos hangares para a organização de eventos culturais, tendo criado uma valência para o efeito, o que na opinião desta bancada é importante para que haja dinamização e desenvolvimento local no nosso Concelho, conseguindo assim rentabilizar ao máximo aquela infraestrutura.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Apraz-nos efetivamente verificar a transparência com que o Regulamento é feito e é colocado à comunidade e a todos os intervenientes que constam da ata, não tendo havido oposição de nenhum deles. Acho que é importante salientar isso. -----

----- Por outro lado também está bem claro esta abertura à comunidade do próprio Centro de Alto Rendimento, porque é importante que a comunidade possa desfrutar de um espaço que, independentemente das dúvidas que possa provocar, eu acho que é do ponto de vista cultural e desportivo muito importante para esta comunidade, para este Concelho, que acho que transporta muito mais longe e pode transportar e cada vez mais, e que com este regulamento também o nome de Montemor-o-Velho possa ir por esse mundo fora. -----

----- Temos aqui um investimento que efetivamente foi feito, que não se pode deitar fora e portanto acho que este regulamento vai fazer com que seja melhor aproveitado, que sirva os atletas, a comunidade, de uma maneira mais regulamentada. Sempre com a certeza que a proprietária do espaço é a Câmara Municipal e que todos os utilizadores podendo dispor dele, tem que haver disciplina. -----

----- Por outro lado, também sabemos que o acordo de gestão continua a ser respeitado. O Regulamento Municipal do Centro Náutico em nada viola aquilo que já estava acordado, e por isso congratulamo-nos com a existência deste regulamento.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “A questão do regulamento não é o problema, o problema é a existência daquele dito Centro de Alto Rendimento, com aquela quantidade de água maravilhosa, aquilo é um espelho de água, e com a dificuldade em gerar receitas, e o nosso Concelho e o Executivo ter que fazer sacrifícios sem nada de retorno. -----

----- Eu sugeria também a este Executivo que nisso tivesse um golpe de asa, e que colocasse os pescadores dos concelhos limítrofes à pesca; fizesse festivais de pesca, à sexta, ao sábado e ao domingo e intervalado, porque pagavam as taxas de pesca, e, era uma forma de obter receita e este sítio tinha vida e não estava ali à espera de investimentos. Aquilo não é investimento de empregabilidade, não cria empregos. Aqui os nossos hotéis, temos uma grande cadeia de hotéis, não é verdade? Temos a nossa restauração que, realmente gera bastantes receitas. Os atletas que vêm para aí bebem aqueles conhaques, aquelas comidas boas que se fazem aqui. Portanto, realmente, se assim fosse, o comércio estaria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

realmente regozijado mas, como não é, eu acho, na minha modesta opinião, que isto devia ser apresentado ao Governo, e devia ser o Secretário de Estado do Desporto que se devia responsabilizar pelas despesas de manutenção deste Centro de Alto Rendimento, porque isto não é só para benefício local, ainda bem que vamos tendo aqui algumas crianças e algum desporto local, mas isto é mais para federações de outros países, outros hotéis dos concelhos limítrofes. Em que é que beneficia Montemor-o-Velho? Montemor não teve nome? Montemor já é muito antigo. Realmente é uma terra muito conhecida. Vem no mapa desde mil, cento e qualquer coisa. De maneira que é muito conhecida, está no mapa, é uma terra bonita, não precisa de grandes conhecimentos por este motivo, porque não criam emprego, não vêm cá deixar dinheiro. -----

----- Isto devia-se propor e ter um golpe de asa nesse sentido. Não só para fomentar a pesca, mas também, junto do próprio governo, fazer sentir que este Concelho não tem possibilidades de aguentar este Centro de Alto Rendimento. São milhões que se investem ali por ano, isso é que se deve ter cuidado. -----

----- Quanto ao Regulamento, é um regulamento, e realmente a disciplina é uma coisa com que eu também concordo e fico sensibilizado com ela. -----

----- Irei votar a favor do presente Regulamento.” -----

----- Pediu a palavra o membro Carolina Aires (CDU) que disse: “Também vamos votar favoravelmente, não sem antes levantar algumas questões, mas serão questões bastante simples e lendo pormenorizadamente alguns artigos. -----

----- Primeiro, a mim custa-me um bocadinho, pessoalmente não gosto de ler um documento sem que ele que esteja datado. -----

----- Depois, levanto uma questão que, pessoalmente, não gosto de ver uma coisa escrita, ainda por cima que será um Regulamento de acesso a muita gente, com vários erros ortográficos e gralhas e sem consenso com o novo acordo ortográfico. Eu entendo que seja difícil, mas pessoalmente é uma coisa que eu não gosto nada de ver. -----

----- No artigo 7.º do Regulamento, fala-se em Pesca Desportiva, falando-se no canal de arrefecimento, depois mais à frente que as competições de pesca poderão usufruir do canal de arrefecimento e depois do canal de aquecimento. Acho que seria mais fácil, e mais perceptível para toda a gente, quando se fala na parte dos canais, falar-se em contemplar a pesca desportiva, e depois a parte da pesca de competição, mas isso seriam pormenores. -----

----- Um outro pormenor, e ainda por cima a Dr.ª Albertina falou ainda há bocado, que de facto este novo regulamento prova que há uma abertura do Centro Náutico à comunidade, mas depois há aqui um artigo que fala, “*estão proibidos cães e outros animais*”. Cães e animais é muito redundante, e a meu ver

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

também proibitivo. Não vejo problema nenhum em se andar a passear com o cão, a fazer um jogging, uma caminhada. Não vejo que haja muito mal, um cão ou outro animal, andar por ali a passear. -----

----- Fala-se ainda nas imagens e no som que carecem de autorização. Essa autorização eu posso entender, isso também falava no regulamento, em termos de televisão, ou media, eu entendo que para isso seja preciso uma autorização mais especial, agora para um utente, para quem vai usufruir durante um bocadinho, ou assistir a um espetáculo, eu não entendo como é que se pode pedir essa autorização e quem é que a vai fiscalizar. Eu não posso tirar uma fotografia ou filmar um amigo meu ou uma sobrinha minha que esteja lá a desenvolver uma atividade? Isso levanta-me algumas questões, porque realmente hoje em dia fazer um pequeno vídeo faz-se em todo o lado. -----

----- Isto são só pequenas questões com as quais ficámos com algumas dúvidas.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “O Centro Náutico já está aberto à Pesca. Vão-se realizar provas nacionais, e também tenho informação, ainda não confirmada, de realização de uma prova internacional. Penso que respondi a essa questão. -----

----- Quanto às questões levantadas pela Senhora deputada da CDU, eu já respondi à maior parte das questões ao Vereador Jorge Camarneiro, teimam em não querer compreender, mas eu vou dar uma explicação mais simplista. -----

----- Nós não podemos deixar de pensar que temos ali um Centro Náutico, mas, sobretudo no Centro Náutico, funciona um Centro de Alto Rendimento, que é frequentado por atletas de alto rendimento que têm métodos de treino, e têm um conjunto de situações que eles próprios querem manter secretas, em segredo. Eu já esclareci isto, a norma é para proibir por regra a captação de imagens para desse modo proteger os atletas de alta competição, e nós não podemos deixar de pensar que estamos a lidar com atletas de alta competição que investem muito do seu tempo e dinheiro próprio em técnicas de treino que são muito específicas, mas é evidente que a Senhora deputada poderá tirar a sua fotografia ao seu familiar, à sua criança que ninguém a vai importunar. Aquilo que queremos é que exista uma norma proibitiva, e que essa seja a regra, mas vai com toda a certeza haver bom senso na gestão do Centro de Alto Rendimento e no Centro Náutico. -----

----- Quanto aos animais, eu vou-lhe dizer. Ainda há dois dias fui visitar o Centro Náutico e um ciclista foi violentamente perseguido por um cão, e é disso que se trata, de um cão. E naturalmente só quem não tem cães é que não sabe que eles tem esta tendência de perseguir as pessoas que correm. Ora, um atleta de alto rendimento, não pode estar sujeito a isto, vai-me perdoar. Nós também não vamos proibir que ande lá um cãozinho no público com a trela, mas tem que haver a proibição como regra. É preciso ter a noção disto que eu vou dizer. Nós temos um Centro muito grande, aquilo é um espaço enorme, e como tal tem de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

haver regras de proibição absoluta, e então depois, com a gestão do dia-a-dia é que se vai temperar a situação contrariamente àquilo que é percecionado pelo Vereador Jorge Camarneiro que insiste nisto, e portanto é uma discussão que não tem fim. Eu não tenho nada contra ele, aliás, esta discussão é saudável. Eu já lhe expliquei isto, é uma discussão que não tem fim, é um sem fim, e portanto a regra é de proibição absoluta e nós assumimos isso. -----

----- Agora, também há outros animais: há as ovelhas que andam por lá, e como não temos regulamento, não podemos proibir. E então o que é que acontece, andam lá também os atletas de alto rendimento a correr e a fazer o acompanhamento dos treinos, e saem com as sapatilhas todas sujas, porque efetivamente é uma vergonha aquilo que lá se passa. Como não temos regulamento, as ovelhas continuam lá a andar. Também já tivemos casos de gado bravo, portanto a coisa aí, como deve perceber pode virar tourada, e portanto têm que haver estas regras. Perdoe-me a minha franqueza, eu não posso explicar de uma forma mais simplista estas questões. -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Peço desculpa Senhor Presidente, mas só porque foi levantada esta questão, da proteção do nome e da imagem dos atletas. Eu chamo a atenção porque também reparei nessa questão que estava no Regulamento, e verifiquei que existe agora um Decreto-Lei que entrou em vigor no dia 10 de abril de 2015, que é o Decreto-Lei 45/2015 que define as normas de proteção do nome, imagem e atividades desenvolvidas pelas federações desportivas, e penso que aqui a Câmara jogou por antecipação, e temos que reconhecer que o que está bem é o que está bem e que realmente isto pode traduzir-se neste caso em coimas para o Município ou para quem permitisse essas imagens no valor mínimo de 3.000€ a 30.000€, e portanto acho que é de todo o interesse que essas questões sejam protegidas.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade na generalidade e na especialidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	

----- **Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento do Mercado Municipal de Montemor-o-Velho** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Este regulamento foi aperfeiçoado, tão só na parte de algumas regras de salubridade e de disciplina naquele espaço, e principalmente numa coisa que nos pareceu fundamental, que é adequar as taxas, cauções, joias, porque efetivamente, eram incomportáveis para a situação de crise em que vivemos, e aqui está uma prova de que este Executivo está atento às situações e que reduz, na medida do possível, o esforço que exige aos munícipes, porque efetivamente aquilo que verificamos é que as pessoas estavam a abandonar a venda no local, porque as mesmas eram incomportáveis com as taxas e os compromissos financeiros que nós lhe exigíamos, e, por isso mesmo, a redução foi brutal. Isto para além da disciplina e do ajustamento das regras de salubridade e de circulação dos produtos no local de forma a adequar à Lei este Regulamento.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

-----Pedi a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Também em relação a este ponto esta bancada vai votar favoravelmente pela análise que precedeu ao documento. Podemos realmente verificar que os preços indicados e taxas estarão mais apetecíveis para qualquer comerciante que entenda estabelecer-se naquele local e é evidente que todos os atos e ações que sejam para dinamizar a economia local e o Concelho, são sempre bem-vindos e subscritos por esta bancada.-----

-----Pretendia apenas fazer dois ou três reparos que me parecem importantes. Um prende-se efetivamente com a questão da limpeza do Mercado Municipal, e que se calhar se reporta só exclusivamente aquela parte do Mercado, pela planta que apresentam, onde tem mesmo aquele espaço de venda, mas efetivamente aquilo é um todo, e portanto a Câmara Municipal, pelo que me é dado a conhecer, não se ocupa com a limpeza das áreas comuns do edifício. O que é que acontece, e também sei que já é do conhecimento do Executivo. Existem lá uns grafitis que foram feitos, não sabemos por quem, pode ser até uma questão de estilo, mas aquilo ali não fica bem, e, como tem sido o Município que tem zelado pela limpeza dos espaços comuns, aquilo era uma questão a ter em atenção.-----

----- Outra questão seria em relação à publicidade, que não faz parte do Regulamento, mas que julgo que poderá ser pensada noutra perspetiva. Já que temos que encarar o edifício da forma como ele foi feito (virado para dentro), quem passa na Rua Fernão Mendes Pinto e for de alguma maneira distraído, não se apercebe que efetivamente existe ali um espaço comercial, porque a publicidade na parte de trás, não é autorizada da forma como os comerciantes entendiam fazer uma maior publicidade ao seu comércio. Só quero deixar este reparo porque efetivamente, se alguma vez for alterada essa questão, o Regulamento da Publicidade deverá ter isso em atenção, porque teremos que agir conforme as circunstâncias visto que o edifício está virado para dentro e não para fora.-----

----- Claro que esta bancada votará favoravelmente este ponto.” -----

-----Pedi a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Relativamente a este ponto, gostaríamos aqui de frisar e congratular este Executivo pelo enorme esforço de modernidade e de melhoramento que efetivamente está a implementar, e isso verifica-se uma vez mais pela revisão intensa dos Regulamentos Municipais, e este regulamento mais um exemplo disso mesmo.-----

----- Naturalmente o intuito é melhorar e bem a prestação de um serviço público em geral, e neste caso concreto possibilitar que de uma vez por todas o Mercado Municipal de Montemor-o-Velho seja um espaço de sucesso.-----

----- Como já aqui foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o anterior Regulamento estava efetivamente a conduzir a que os comerciantes desistissem das suas bancas, o que era inadmissível, e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

portanto este Regulamento que este Executivo propõe permite que os comerciantes voltem a ocupar aquele espaço, dado que este diploma facilita de uma forma decisiva a candidatura dos mesmos.-----

----- Este diploma vem também estabelecer regras mais claras e mais adequadas ao funcionamento daquele Mercado e que vão permitir certamente, assim esperamos, e assim desejamos, que haja maior colaboração também dos particulares, que se revitalize o Mercado Municipal fazendo do mesmo um espaço adequado ao Século XXI.-----

----- Por estas razões, esta bancada não poderá deixar de votar favoravelmente.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, após a análise do documento, parece-nos que é um documento que não se adequa à realidade do nosso Mercado. É demasiado extenso, penso que é adequado a um Mercado de grandes dimensões, provavelmente, a fonte deve ter sido essa, e como tal não se adequa à realidade do nosso Mercado.-----

----- Não queremos com isto dizer, que o nosso Mercado, por ser de pequenas dimensões, e neste momento ter uma utilização quase diminuta, não necessite de um bom Regulamento. Não é isso que está em causa, mas parece-nos que de facto não traduz a realidade do nosso Mercado.-----

----- Este Regulamento é apenas para a parte do Mercado Municipal (dito Mercado Municipal), não para a área comercial que engloba uma série de lojas, espaços comerciais e outros serviços e para a qual a deputada Maria João se estava a referir. Aliás, é de salientar que para esse espaço seria também importante que se chegasse, de uma vez por todas, a um consenso e a uma regulamentação também daquele próprio espaço comum, porque, segundo nos consta, a própria Câmara Municipal fez uma intervenção de limpeza a fundo e profunda naquele espaço, mas isso parece que não foi muito bem aceite pelos condóminos daquele espaço que reivindicam para eles, a gestão daquele espaço, que é um espaço, digamos que público, e que de facto merece ter uma dinamização e uma regulamentação, ou própria do condomínio, e de facto assumirem as responsabilidades que têm que assumir, ou então chegarem a um entendimento com a Câmara Municipal para gerirem em parceria aquele espaço, e que o mesmo tenha de facto tanto a limpeza como a manutenção que deve ter.-----

----- Voltando ao mercado propriamente dito, é necessário de facto que a Autarquia pense numa maneira de dinamizar aquele espaço, que outros comerciantes consigam expor ali os seus produtos. Voltamos a alertar e a dar opinião que o Mercado dos Hortícolas que se faz durante o fim-de-semana, poderia muito bem ocupar o espaço do interior deste Mercado. Os próprios comerciantes que lá têm os seus postos de venda, certamente iriam também, aumentar as suas vendas porque, quem vem ao Mercado dos Hortícolas, para o seu carro junto aos produtos, compra e vai-se embora. Não vai tomar o café, não vai comprar o jornal, não vai ao Senhor que tem o peixe, a carne, a fruta que o produtor concelhio poderá não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

ter, mas que ali teria um local complementar para fazer as suas compras.-----

----- Acho que é importante repensar essa localização para dinamizar durante o fim-de-semana aquele espaço.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O movimento independente de cidadania faz suas as primeiras palavras da intervenção do deputado Ricardo Brites, porque é aquilo que realmente vê e pensa. Temos aqui um Mercado Municipal que é lindo, está nesta praça bonita, mas não tem ninguém, nem vai ter. Eu não sou contra os Regulamentos, eu sou contra a burocracia. Isto é um “*regulamentão*”, não é um regulamento. Quando as pessoas leem isto, o terem de pagar aquelas hastas públicas, quando é que as pessoas recuperavam aquele dinheiro que está ali?-----

----- Eu acho que se mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara tiver um golpe de asa, aquilo que se perderá lá na limpeza daquilo, é mínimo. Eu até agradecia, se calhar até pagava, a quem lá se fosse instalar para dinamizar aquilo. Até lhe dava o gelo e dava-lhe sumos no verão, para não morrerem lá de sede. -----

----- Com este regulamento, com esta morte da nossa Vila, que eu não vejo pessoas aqui. Pereira tem muito mais movimento que Montemor. Este Mercado em Pereira funcionava. Aqui tenho muitas dúvidas que isto funcione. -----

----- Portanto, eu oferecia às pessoas que quisessem lá vender o bacalhau, os nabos, as alfaces, tudo isso, era uma zona que talvez nós conseguíssemos dinamizar.-----

----- Assim, com estes encargos, com este sufoco deste Regulamento, não sei. Desejo apenas boa sorte a quem teve esta ideia com este Regulamento.” -----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Quanto à questão do espaço, ainda bem que o deputado Ricardo Brites esclareceu. Trata-se de uma situação de um prédio em propriedade horizontal. Vou ser muito explícito, muito simples para toda a gente perceber. Não gostam que a Câmara vá lá limpar, porque são condóminos, mas quando lhe pedimos para formar o condomínio, não querem formar o condomínio.

----- Já dei ordens, e estou a dizê-lo claramente, nos Serviços Jurídicos, para se impor o condomínio. -----

----- Em relação à sugestão do Mercadinho ser lá dentro, não sei se se lembram mas, a primeira localização do Mercadinho era lá dentro, e foram os funcionários da Câmara ameaçados, e houve mesmo um dos comerciantes que empurrou a estrutura do Mercadinho dali para fora, porque aquilo era do condomínio. Foi esta situação que me motivou a dizer nos Serviços Jurídicos para estudarem a forma de se impor o condomínio, nem que seja judicialmente.-----

----- Quanto à questão dos graffitis, a deputada tem que compreender, eu já dei ordens para que se fizesse a limpeza dos mesmos, porque não deixa de ser um edifício público municipal, mas quero-lhe dizer que é um produto especial para limpeza daquelas pedras, e tem de ser encomendado especialmente para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

aquele efeito e tem regras de utilização muito específicas, e esse produto ainda não chegou. É um produto que vem de fora, para limpar sem prejudicar as pedras. -----

----- Quanto à questão da divulgação, eu concordo inteiramente consigo, aliás, nós estamos a fazer um esforço para colocar placards informativos, e também gostaríamos de ter ali algo pelo que estamos a estudar isso. Nomeadamente vocês já viram que há na rotunda um placar informativo, e vamos tentar colocar mais placards informativos para sugestionar as pessoas a visitar as nossas mais-valias, inclusivamente o próprio Mercado. Tenho pena, e assumo aqui que o Mercadinho, que tem sucesso, tem pessoas, não possa ser também catalisador da dinâmica do Mercado, mas quero dizer, com toda a clareza e também para que saiba. Isto de gerir a coisa pública, nem sempre é fácil. Nós temos boas intenções, as pessoas depois não as aceitam. Os vendedores do Mercado não aceitam o mercadinho e acham que o Mercadinho lhes faz concorrência. Não é verdade, de todo. Não tem nada a ver porque os produtos que são vendidos no Mercadinho, não têm nada a ver com os produtos que são vendidos pelas pessoas do Mercado.-----

----- O que é que o Presidente da Câmara e o Vereador do Pelouro podem fazer perante a agressividade, as ameaças?-----

----- Nós até queremos que eles fiquem lá e, vamos sendo algo tolerantes para com os comerciantes porque não queremos que eles se vão embora. Tudo fazemos para que eles não se chateiem. Às vezes até somos tolerantes de mais.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria na generalidade e na especialidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----

----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Sara Cristina Cruz Gomes-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	

----- **Os trabalhos foram suspensos por um período de 1 hora.**-----

----- **Os trabalhos foram retomados quando eram 14h30m** -----

----- **Ponto 7. Apreciar, sob proposta do Executivo Municipal, o Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Ano de 2014** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu gostaria de solicitar autorização ao Senhor Presidente da Assembleia para chamar para ao pé de mim o autor do documento, o nosso auditor interno, e pôr à consideração de V. Ex.^a e dos Senhores deputados municipais as seguintes questões: se querem que ele apresente o documento, se prescindem da apresentação do documento, se querem passar logo para esclarecimentos ao mesmo? Eu estarei disponível para qualquer um dos cenários.” -----

----- Todas as bancadas representadas na AM dispensaram a apresentação do documento. -----

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Sobre este instrumento, é muito fácil de compreender, sabemos que está em incumprimento. Nunca nada se cumpriu, nunca nada se pagou e estão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

3.500.000€ em prestações vencidas (grosso modo, será mais ou menos isto.) -----

----- Mas na verdade, julgo que este relatório retrata algo mais simples do que parece. Fala-nos de instrumentos financeiros de reequilíbrios, etc. Na verdade penso que é importante perceber o que que estava por trás disto. -----

----- Portanto, nós estávamos aqui, tanto quanto me parece, no ano 2009, e, não havendo capacidade financeira do Município de cumprir com o seu serviço de dívida, o que é que se fez? Empacotou-se o endividamento num financiamento bancário. Foram 16.500.000€, a 12 anos, com prestações trimestrais e um período de carência de 3 anos. Calculo que este período de carência só faria sentido para poder reestruturar a estrutura de custos e proveitos que existiam à data, que não permitiam cumprir com a responsabilidade. -----

----- No entanto isto seria tudo muito simples se quando chegámos a 2012, e estando na data de vencimento da primeira prestação, se tivesse cumprido com os encargos entretanto assumidos, coisa que não ocorreu nem na primeira vez, nem na segunda, nem nenhuma das outras subsequentes, ou seja, o nosso Município entrou na lista dos incumpridores, vulgarmente chamados “ caloteiros”. -----

----- Tentou-se mais uma tentativa de empacotar novamente este endividamento, ou seja, voltar a empurrar com a barriga para a frente, já estes 16.500.000€ não eram suficientes porque durante os 3 anos que deveria ter sido feito o reajuste, ainda se criaram mais passivo e mais endividamento. -----

----- Houve uma negociação de uma nova linha, se não me falha a memória, para 22.000.000€, no entanto, também mais uma surpresa, quando vamos tentar contratá-la, já não era suficiente, já havia cerca de 3.500.000€ a mais. -----

----- Aqui chegados, este executivo tem que fazer o esforço de repor, parece que está quase feito, se já não o estará, estes valores excedentários do último financiamento previsto, ao abrigo do PAEL negociando as novas condições, tentando equilibrar as contas do Município. -----

----- Eu julgo que seria importante e pertinente referir que, por exemplo, há alguns anos, quando na banca se tiravam informações comerciais de qualquer cliente comum entre os bancos, era usual usarmos termos como, sério e cumpridor, coisa que deixamos de poder ouvir isso sobre o Município. Esperemos que dentro em breve, e sob a gestão deste Executivo, a banca possa tornar a usar estes termos para se referir ao nosso Município.” -----

----- Pediu a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Efetivamente, a elaboração deste documento enquadra-se na Lei 73/2013, tendo a Câmara Municipal uma pessoa contratada nesta área para apresentar o documento que temos em mãos, é pois de todo importante que esta Assembleia saiba efetivamente qual é a situação, qual é o caminho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Para nós, parece-nos que está bem elaborado e é perceptível.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Apenas queria salientar neste ponto, que de facto este plano de execução de saneamento financeiro já foi aqui várias vezes por nós referido, como tendo sido uma oportunidade perdida em bom tempo, de organizar e tentar equilibrar as contas do Município. Não foi feito. Nada ou praticamente nada se pagou no passado. Houve agora umas tentativas de ir cumprindo com valores mínimos, esperamos que o novo plano, ou o novo plano de reequilíbrio, seja de facto uma mais-valia para o Município. Cá estaremos para analisar e discutir as consequências disso.” -----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Eu gostaria de fazer um esclarecimento muito breve e adicional, porque verifico que algumas pessoas não compreendem uma coisa que é tão simples como isto: este Executivo não paga as prestações porque a partir do primeiro incumprimento, automaticamente os bancos recalculam logo a prestação ou seja, o incumprimento de novembro de 2012, gerou novas prestações, e atualmente o serviço da dívida é absolutamente incomportável de assumir pelo Município.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 24 membros da AM, os mesmos apreciaram o Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Ano de 2014. -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 8. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos** - Usou da palavra o PMAM que disse: “Como este ponto é apenas tomada de conhecimento, eu julgo que a AM tomou conhecimento de que a lista estava vazia.” ---

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 24 membros da AM, os mesmos tomaram conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos. -----

----- **Ponto 9. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Relatório de Vistoria efetuada à Prolote - Urbanizar, Construir, Compra e venda de Imóveis, Lda - em cumprimento do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para conhecimento do Executivo Municipal.**

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Chegados aqui a um tema em que ao longo de 16, 18 anos, eu tenho alertado quer, o Executivo anterior, quer este, de tudo o que enferma aquela urbanização, e creio hoje que também é uma preocupação do atual Executivo e o Senhor Presidente da Câmara está efetivamente sensibilizado para esse efeito.” -----

----- Esta urbanização nasceu com os defeitos e as consequências que até hoje nos chegam. Foi aprovada no Executivo Socialista. As obras que foram necessárias a esta urbanização, na altura do antecessor do Dr. Luís Leal, os Serviços não fiscalizaram devidamente estas obras de urbanização. Isto porque eu desde criança fui nascido e criado na Vila de Pereira e quando rapaz várias vezes frequentava toda aquela quinta e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

sabia de existências de águas. -----

----- Aquando dessas obras de urbanização haviam minas de água em toda aquela quinta, umas com cavernas, outras com estruturas ainda do tempo do Convento, as quais foram completamente aterradas. Não se preocuparam em saber, nem recuperar coisas antiquíssimas daquelas saídas e nascentes de água ali existentes. Como resultado, tudo foi empilhado, foi aterrado e foram lá edificados edifícios, mas, como todos nós sabemos, a água vai sempre procurar alguma saída e hoje, não obstante o decurso do prazo, nem a Câmara ainda rececionou definitivamente aquelas obras, nem sequer provisoriamente a maior parte delas. Ora, é inadmissível que isto pudesse ter acontecido antes. Não é culpa dos cidadãos, nem de quem lá vive. Os moradores sentem-se desprezados na limpeza, na segurança, nos equipamentos necessários que estavam previstos naquela urbanização, inclusivamente na construção daquela escola que é uma belíssima escola, muito bem equipada, mas com falta de segurança, acessibilidades, enfim, uma autêntica vergonha, e claro na falta de transporte das crianças, nas dificuldades dos pais, muitos retiraram também dali os filhos. Eu tive aqui uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara relativamente à escola, e disse-lhe que ele vai ser o coveiro do encerramento de mais uma escola. -----

----- Por outras razões agora, que não são tão só estas, quando me referi na altura que havia necessidade, face a uma mega urbanização, na requalificação de Pereira antiga, face à urbanização, quer nas acessibilidades, quer na recuperação daquelas casas de há mais de dois séculos atrás, de uma harmonia, de um conjunto urbanístico, isso não foi feito. -----

----- Também não foi feita a devida fiscalização, porque hoje os milhares de pessoas que ali moram, vêem-se confrontados com esta falta de qualidade de vida, e as pessoas que lá moram nas suas casas na parte antiga de Pereira, na parte mais a sul/oeste, vêem-se hoje confrontados com a água a nascer dentro daquelas terras e as próprias casas a serem resvaladas para a linha férrea. -----

----- No dia 02 de março tive uma reunião, na Câmara, e realmente realço a forma como foi recebido o munícipe, com a minha companhia, e um engenheiro perito nestas causas, pelo Senhor Presidente da Câmara, e claro, Montemor não pode ser só novidade pela positiva, mas pode ser uma grande novidade pela negativa. Aquele prédio construído entre o Manjar do Tojal e estas moradias, que já vou falar nelas, e o próprio Manjar do Tojal, está a abrir brechas enormes, aquele prédio foi construído sobre uma malha de cimento, constata-se agora, face ao relatório que tenho aqui, pessoalmente, que irei fazer chegar hoje ao Senhor Presidente da Câmara está-se a deslocar para a via-férrea, e quem lá passa e usa o comboio como eu uso normalmente, de Lisboa ao Porto, onde tenho os meus trabalhos, o próprio pendular, ali vai a uma velocidade de 60, 80 à hora. Isto é refletida pela parte argilosa, onde estão assentes as próprias linhas do caminho-de-ferro, que não pode ir com outra velocidade por causa da trepidação que pode existir com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

aquela deslocação de terras. É um perigo.-----

-----Constata-se hoje que aquelas moradias na Rua do Tojal, que ali estão edificadas há mais de 40 anos, estão a deslocar-se todas para o perímetro da REFER. Tenho aqui um relatório elaborado pelo Senhor Eng.º Durão, e tenho aqui fotografias que demonstram as fissuras, o arrebentamento, e ele diz que é uma situação grave e de perigo.-----

-----Esta situação grave e de perigo, depois hei-de confrontar o Senhor Presidente com este relatório, para alertar também a Proteção Civil, e também os responsáveis pela REFER, conjuntamente com o Senhor Presidente da Câmara, mas, vendo bem o relatório efetuado pelos técnicos desta Câmara, o mesmo reflete tão só aquilo que eu há 20 anos ando a referir, e é lamentável que nós, neste Concelho, que cresceu graças à receita da construção, não se tivesse acompanhado com rigor com uma boa fiscalização, e, do que é dado a conhecer, o promotor, não sei se já pediu a insolvência ou não, não sei quais as garantias que a Câmara tem para se substituir a elas para fazer as obras com segurança e com dignidade. Aliás, o senhor Presidente está alertado para isso e tem uma sensibilidade que é uma preocupação dele, e isso não o nego e sei que ele quando me recebeu, neste ponto, falou e está a falar verdade. Espero que a Câmara eventualmente tenha possibilidades económicas de materializar, quer as preocupações dele, que é o Presidente hoje de todos nós, quer também daquelas populações que vivem na Rua do Tojal, na parte inferior, ou seja na parte direita de quem sobe (pois só tem um sentido aquela rua).-----

-----Há aqui vários vícios, grandessíssimos problemas com esta urbanização, que só hoje com mais cuidado, e depois do despacho do Senhor Presidente da Câmara, nasceu tão só, por estas minhas intervenções, mas também com a dignidade que, neste ponto lhe apraz, com o cuidado a ter com as várias pessoas que lá moram, e o resultado é este relatório bastante grave, e, com o relatório do perito das águas subterrâneas que foram aterradas, temos ali um grave problema na Vila de Pereira, não só para os moradores, mas também para quem investiu nos seus apartamentos, que os comprou para viver e paga os seus impostos, mas também pela circulação dos comboios, que é a linha principal do país, que é a linha do Norte, que está ali em sério perigo.-----

-----É por essas situações que a minha intervenção é tão só no sentido de, de uma vez por todas, sem muitas burocracias, encontrarmos de vez uma solução definitiva por tudo isto.-----

-----Aliás, também um requerimento que eu fiz já há uns meses, que ainda não obtive resposta sobre tudo, apenas sobre uma parte, para este promotor inclusivamente, foi colocado um busto do mesmo. Sinceramente, para esta notabilidade, e para se criar um busto para qualquer individualidade tem que haver necessariamente uma autorização e deliberação desta Assembleia Municipal. Ora, este promotor não teve um comportamento assertivo, nem dignidade perante o nosso Município. Eu não tenho nada contra o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

senhor, nem o conheço, só conheço de vista, cumprimentei-o, mas acho que isto tem que ser uma questão de dignidade. Ora retira-se então o busto do homem que não cumpriu, para ver se cumpre, mas isto é uma questão de dignidade do nosso Concelho. Os bustos é para quem merece, para quem teve dignidade e quem deu algo em troca da valorização do nosso Concelho. -----

----- Se a valorização dele, foi tão só o dinheiro, eu não sou contra ninguém que ganhe dinheiro. Agora, querer ter uma coisa e outra, sem a assunção da principal, eu acho que este busto, uma vez que não houve deliberação nenhuma nesta AM, que eu me lembre, devia ser retirado. -----

----- Por tudo isto, eu apenas deixo à consideração do Executivo e dos Senhores deputados municipais, porque quem não esteve cá há 20 anos, não sabe nada disto, nem está sensibilizado para isto, mas para os naturais de Pereira, e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pereira, que também apanhou agora por tabela esta situação, e está a vivê-la. -----

----- Sensibilizar a todos por este grave problema do nosso Concelho. Tão só isto que eu queria deixar aqui presente.” -----

----- Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “A situação que estamos a debater relativa à Urbanização Quinta de São Luíz, sita em Pereira, era de tal modo grave e já se arrastava há tantos, mas tantos anos que, podemos dizer que, em boa hora, o Senhor Presidente da Câmara Municipal ordenou a constituição da comissão que levou a efeito este relatório. -----

----- Efetivamente nós sabíamos e os moradores de Pereira, muitos munícipes, saberão, que a situação era realmente complexa, mas com este relatório fica realmente demonstrado que a situação é extremamente preocupante, e provavelmente será a situação mais difícil relativamente a uma Urbanização em todo o Concelho de Montemor-o-Velho, e isto porque como todos tivemos oportunidade de perceber, são inúmeras as deficiências de execução de obras, são inúmeras as desconformidades com os projetos aprovados, isto já para não falar sequer de problemas nas próprias infraestruturas que estão em áreas privadas, e, por isso fora de área loteada, o que realmente preocupa e espanta até imenso, e isto só para dar alguns exemplos. -----

----- Realmente a situação é de tal forma preocupante, e de tal forma grave, que gostaríamos de questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre qual entende ou crê que poderá ser o desfecho a curto prazo desta situação, porque efetivamente é uma situação que nos preocupa bastante, tanto quanto sabemos, preocupa imenso todos os Pereirenses, e nomeadamente os residentes naquela Urbanização, que são várias centenas, e que fizeram lá literalmente o investimento de uma vida, e por isso mesmo gostaríamos de perguntar concretamente ao Senhor Presidente de Câmara Municipal se ainda será uma situação, no seu entendimento, para resolver rapidamente e a título gracioso, ou se será uma situação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

para resolver, eventualmente, no âmbito judicial. -----

-----Por último gostaríamos tão só de referir que o relatório efetivamente está feito de uma forma correta e objetiva, no entanto, uma vez que já tem algum tempo, desde a sua feitura, importa realçar que a Urbanização neste momento já tem alguns problemas resolvidos, nomeadamente no que toca a algumas das reclamações feitas pelos seus moradores, relativas à limpeza e ao corte de árvores e ao corte de relva e que agora é também incumbência da Junta de Freguesia da Vila de Pereira.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A minha intervenção vai no seguimento do conhecimento que eu tive aquando da construção desta Urbanização, já nos finais dos anos 90, quando entrei pela 1.ª vez no Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, onde esta Urbanização era tema de discussões técnicas e científicas pela sua localização, ou seja, em termos geológicos os terrenos que foram destinados para esta construção não se adequavam minimamente ao tipo de Urbanização e ao tamanho, em termos de dimensão e de volume, que iria abranger, quer em número de fogos de habitação e também de população. -----

-----De facto há aqui causas naturais que se calhar ainda têm sido aquelas em que se aceita melhor a justificação, mas não se justifica que de facto humanamente se tenha projeto para aqui, um projeto desta dimensão, e aí de facto é de censurar a construção desta Urbanização neste local e se calhar bastava olhar para uma carta geológica de um simples estudante de geografia, na área do planeamento e ordenamento do território, que de facto facilmente percebia que ali não se podia construir naquelas dimensões. -----

-----De facto o lobby da construção civil teve o seu peso em muitas das decisões, e ainda hoje tem o seu peso nas decisões e nas obras e nos projetos que vão sustentando a maior parte das Autarquias do país, desde modo, acabaram por os moradores, os menos culpados, por estar numa situação grave na sua habitação e da má opção que fizeram em comprar ali a sua casa. Obviamente, que isto tem consequências diretas para os habitantes desta Urbanização, tendo também consequências indiretas para aqueles que não vivem na Urbanização, mas que vivem a jusante da mesma e que sofreram as consequências de todas as terraplanagens, de todos os desvios de linhas de água e de cursos de água a montante, e que depois acabam por sofrer as consequências na parte histórica, na parte mais velha da Vila, todas essas consequências dessa construção desregulada e de grandes dimensões.-----

-----O presente relatório, de facto, evidencia aquilo que muitos de nós, nesta AM, já conhecíamos. Agora resta-nos de facto esperar que o que está aqui enunciado e indicado, que se consiga cumprir. Eu acho que será muito difícil pedir responsabilidades a estes responsáveis, mas eu espero que a Autarquia, identificando os aspetos que lhe competem, os consiga resolver; que de facto se definam as áreas onde a Autarquia e a Junta de Freguesia terão intervenção e também já tomei conhecimento que a Junta de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

Freguesia de Pereira já interveio na parte que lhe compete, de competências de limpeza da Urbanização, o que é de louvar, e, de resto tentar que a promotora desta Urbanização consiga resolver muitos destes problemas, mas, como disse o deputado do Partido Socialista, provavelmente não vai ser de forma pacífica.

-----A Autarquia terá todo o nosso apoio e esperamos que, de facto consiga executar todos estes princípios, e estes pressupostos que estão neste despacho, que de facto são importantes, são graves, gravíssimos alguns até, e de facto nunca se ter preocupado nesta Autarquia que se cumpram os cadernos de encargos, que se cumpram as obrigações dos empreiteiros, que se deem garantias, e que de facto se fiscalizem as obras. Esse é um problema grave, esperamos que a Autarquia esteja ao nível de conseguir resolver isso, a bem da Freguesia de Pereira, e a bem dos moradores da Urbanização.” -----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Eu vou tentar ser muito telegráfico. Como eu disse, prometi e cumpri. Este é um relatório em que eu solicitei a informação da comissão para apoio à decisão do Presidente da Câmara, e, portanto não é um relatório para fazer ajuste de contas com rigorosamente ninguém, nem para fazer o que quer que seja, é um relatório para ajudar à decisão. -----

----- Acho que, pela primeira vez, podem estar a assistir quase on-line, digamos, que ao desenrolar de um procedimento que é muito duvidoso, absolutamente opaco e pouco transparente.-----

----- Foi-vos distribuído o despacho que eu imediatamente proferi, quando recebi o relatório, ou seja, podem criticar até inclusivamente o despacho do Presidente da Câmara que está distribuído: é o Despacho 11PR/2015. Todos os pontos são objeto do meu despacho para tomada de medidas em concreto sobre cada uma das situações levantadas no relatório.-----

----- Vão-me perdoar a alusão a este ponto. A partir do momento em que estão apurados os factos, os municípios da Urbanização Quinta de São Luíz de Pereira são iguais a todos os municípios deste Concelho ou seja, aquilo que é urgente, tem que ter urgência e teve a urgência que se impôs, aquilo que não é urgente tem a mesma igualdade de tratamento em relação a todos os municípios deste Concelho, e, aqui, Senhor Presidente da Assembleia, tenho que fazer um elogio ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pereira e à sua equipa, que, em colaboração com a Câmara, e muitas das vezes também em substituição naquele intercâmbio de serviços que fazemos (Câmara e Junta) tem sido exemplar na regularização de alguns problemas nesta Urbanização, nomeadamente nos espaços verdes e outras intervenções que tem feito em conjunto connosco, na sua semana de máquinas e nos períodos em que conta com a colaboração da Câmara Municipal tem rentabilizado ao máximo a nossa intervenção.-----

----- A questão que é suscitada pelo Senhor deputado Oliveira e Sousa, parece que tem a ver com isto, mas atualmente ainda nada está demonstrado que tenha a ver com isto. Não sei se no futuro vai ter a ver com esta situação da Urbanização. Estarei disponível para todas as possibilidades, os técnicos que decidam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

qual a implicação de uma coisa e doutra. Aquilo que têm de garantia é que o documento vai dar entrada oficial e será tratado da mesma forma que qualquer outro assunto daquela dimensão e perigosidade e que a emergência da situação suscita. Como sabe para mim é inequívoco o tratamento que têm as situações que se colocam na Câmara Municipal.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 24 membros da AM, os mesmos tomaram conhecimento do Relatório de Vistoria efetuada à Prolote - Urbanizar, Construir, Compra e venda de Imóveis, Lda. - em cumprimento do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para conhecimento do Executivo Municipal. -----

----- **Ponto 10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Delimitação de ARU em MMV - Proposta apresentada pela Coligação "Mais por Montemor".** -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Minhas Senhores e meus Senhores, como há pouco disse, em democracia, o poder é de todos e não é de ninguém. Esta verdade muitas vezes acaba por ter interpretações muito diferentes consoante o ego de quem governa isto, porque o exercício do poder é também uma expressão da vontade própria, seja ela com intenção de comunidade ou de grupos de interesse.-----

-----O movimento independente de cidadania por amor a esta terra, dá razão ao Senhor Presidente da União de Freguesia de Montemor-o-Velho e Gatões, quando afirmou que deveria ter sido ouvido quanto à questão em causa. À falta deste procedimento, não queremos acreditar na expressão, por tantos utilizada, que apresenta os Presidentes das Juntas de Freguesias como os parentes pobres e menores da política. Importa realçar que todos eles, exercem um cargo político para o qual são democraticamente eleitos, a tempo inteiro ou a meio tempo, são pessoas que dedicam muito do seu tempo às suas comunidades. Sem esquecer que são os que melhor conhecem o terreno geográfico das suas freguesias e as suas vicissitudes. Claro está, que concordamos com a proposta aqui hoje apresentada para a área em análise, mas no entanto, relembramos, tal como defendemos na última reunião desta AM, que este tipo de iniciativa deve ser simultaneamente alargado a outras áreas do Concelho, sob pena de a não ser feito, marginalizar esses espaços em relação à sede concelhia. Não podemos esquecer isto, quando se aproxima a data de 25 de abril, que em democracia as oportunidades constituem direitos iguais, não me posso esquecer daquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse: é óbvio que não há dinheiro para tudo; é óbvio que ele não sabe quando é que vai acabar. Não sabe se é daqui a um, dois ou três anos mas, seria também óbvio, com a mesma integridade, verdade e dignidade intelectual, que o mesmo tivesse referido e não só em Montemor, mas para as principais vilas históricas, ter um plano para que as pessoas minimamente acreditem que o Executivo está a pensar, não só na sede concelhia, que como sabem tem a vida que tem, mas também

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

noutras Vilas que necessitam desta requalificação. Eu há pouco falei de Pereira, podia falar de Tentúgal, podia falar de Verride, podia falar de outras vilas, do nosso Concelho que necessitam destas requalificações. O dinheiro não dá para tudo mas, os projetos, quando há projetos, como costume dizer no nível empresarial, havendo projetos, há dinheiro; não havendo projetos, não há nada, e isto para referir tão só que a falta de nós não apresentarmos projetos aos fundos comunitários, está aí uma falta de investimento. Está aí um gravíssimo investimento para a fixação das pessoas. É isto que eu peço a todos, que este Presidente tenha ao menos um golpe de asa, que não seja brasa e que olhe para o além.”-----

----- Pediu a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu apenas queria saber se o Senhor Presidente, sobre esta matéria, tem algo mais para acrescentar àquilo que nós “defendemos”.” -----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Agradeço a pergunta, porque eu penso que a Dr.^a Cristina sabe qual é a minha posição sobre este assunto. Eu não mudo porque me interessa. Eu mantenho a posição que eu aqui assumi na anterior Assembleia Municipal. -----

----- Eu espero que os Senhores deputados, houve aqui um erro grave quando se diz assim: “*nós temos que incluir o edifício tal...*”, porque a ARU vai proporcionar às pessoas vantagens pecuniárias e vai criar benefícios para as pessoas que são abrangidas na área delimitada da ARU. Como é que nós vamos justificar que de um lado da rua tenham benefícios e do outro lado da rua não tenham? É muito difícil. Temos de ter um critério técnico muito seguro, e foi só por isso que o Presidente da Junta não foi ouvido.-----

----- A minha posição em relação à Santa Casa é idêntica à que foi proposta na Assembleia, é bom que se perceba que se calhar há mais situações, eu dei exemplos até na própria reunião de Câmara, que até mereciam integrar a ARU. Nós temos que ser pouco retóricos, e, como eu já disse aqui, eu vou apresentar uma coisa mais, muito menos demagógica, porque estamos a lidar com interesses particulares e muito sensíveis das pessoas ao termos um critério objetivo, quase que científico e quase técnico que é inquestionável de não favorecimento de A, B, ou C, ou então a ARU, que é um projeto muito interessante, deixa de ter qualquer sentido. Se fosse mauzinho politicamente, eu dizia assim: “A ARU já podia ter sido feita em 2012, porque é que nunca a fizeram?” Porque é que os *experts* da matéria aparecem e não fizeram nada em 2012? Eu se quisesse ser mau politicamente, dizia isto, mas não quero. Provavelmente não tinham a visão estratégica que nós hoje temos.-----

----- Há aqui uma coisa que é preciso perceber. A ARU, significa, e se quiserem eu leio os conceitos técnicos, porque são conceitos técnicos, não há política aqui. A ARU pressupõe o conjunto de intervenções de reabilitação no património particular edificado, nos espaços coletivos. Isto pressupõe um elevado investimento público, e que a partir do momento em que a estratégia de reabilitação seja assumida pelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

Executivo, o mesmo tem que a cumprir, ou seja, se este Executivo assumir que para Montemor a estratégia de intervenção neste equipamento coletivo, naquele e naquele outro, nos espaços verdes, aqui e acolá, é para se concretizar, tenha ou não tenha dinheiro, tem que cumprir, porque depois vamos funcionar em conjunto. Vamos ter os benefícios fiscais e vamos ter um investimento público que garanta o sucesso da ARU.- -----

Aproveito a oportunidade para dizer que hoje estou muito feliz porque a Assembleia Municipal, através do seu deputado Oliveira e Sousa atribuiu mais um subsídio a uma entidade muito respeitosa deste Concelho, logo no início da reunião, que é a APPACDM. -----

Obviamente eu estaria muito mais feliz se pudesse dar oportunidades a todas as pessoas para poderem beneficiar da ARU, mas infelizmente tal não pode ser, porque depois começamos a esticar o conceito. Aliás já hoje se fala em alargar a ARU à Nossa Senhora do Desterro, e portanto não é possível. Como eu disse na reunião de Câmara, o Mosteiro, também devia beneficiar dos benefícios da ARU, o problema é que não se enquadra nas características técnicas. -----

-----Respondendo em concreto, à pergunta que me colocou, como sabe, eu não vou, não posso, não devo, não tenho condições de contrariar a opinião dos técnicos, mas tenho uma coisa. Tenho disponibilidade, e, perante o Senhor Provedor, comprometi-me com ele, porque ele sugestionou um conjunto de situações, parece que visitou a CCDRC e a mesma, através da Vice-Presidente, Isabel Damasceno, anuncia que tem uma solução. Penso que nós devemos ir procurá-la, e aquilo que eu fiz foi imediatamente disponibilizar a Vereadora Paula Rama para ir com o Senhor Provedor, em conjunto com a Chefe de Divisão, para ver a tal solução que temos para o edifício em concreto, sendo certo que, e aí vai-me perdoar, se a solução obrigar a que se estenda a ARU a outras situações de idêntica valia, terá que se estender. Eu recomendo vivamente, e forneço às pessoas um documento do governo que fundamenta a criação das ARU's. Se lerem o documento vão perceber que isto é uma questão meramente técnica. Vem à aprovação da Assembleia, mas é uma proposta dos técnicos.-----

-----Quero dar outra nota. Eu gostava de fazer ARU's em todas as zonas históricas do Concelho, mas eu disse aqui, que isto obedeceria a uma estratégia de investimento municipal que seria de todo incomportável, e quero-vos dizer que o investimento municipal na ARU vai ser muito elevado. Espero que haja participação comunitária. Se houver participação comunitária, obviamente que vamos acelerar este processo. O processo envolve custos muito elevados, e tínhamos que contratar uma equipa como a PLURAL, que está a fazer a revisão do PDM, para preparar um projeto destes, e portanto, se isto tiver financiamento, naturalmente vamos avançar para outro tipo de abordagem mais externa com financiamento comunitário, e já podemos libertar os técnicos para outras intervenções ou para preparar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

outras ARU's. Eu até já disse pessoalmente qual é que era mais prioritário. Não tenho problemas de assumir porque se calhar é a zona do Concelho que está a desertificar mais rapidamente, e portanto nessa perspetiva eu estou disponível para qualquer solução, tem é que ser uma solução técnica e que não implique a implosão deste projeto que me parece muito importante para o casco velho da Vila de Montemor-o-Velho. Se nós damos azo a que haja ações no Tribunal porque isto são interesses particulares que estão aqui em causa então tudo pode correr mal. As pessoas têm todo o direito depois de contestar estes critérios. Se vamos dar azo a providências cautelares e ações no Tribunal, então nunca mais vamos ter ARU em Montemor." -----

----- Pediu a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: "Só queria clarificar que, se houver qualquer possibilidade técnica de se alterar, o Senhor Presidente da Câmara está disponível para voltar com o processo à Assembleia para uma retificação?" -----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: "Se a CCDRC fornecer ao Município um critério rigorosamente objetivo e técnico para estender a ARU até ao Hospital da Misericórdia, imediatamente virá à AM a retificação da delimitação. Isto é preciso entender com precisão, se houver um critério objetivo e técnico que até hoje não encontramos. Não é aquela proposta que foi feita pela sua bancada, porque isso não tem nada de técnico, como percebeu pela resposta dos Serviços. -----

----- Se houver uma proposta técnica, não é a proposta do Presidente da Câmara, porque entendia-se que o Presidente da Câmara pode propor aquilo que quiser e não é verdade. Eu prefiro ter um critério objetivo e técnico. Se me for fornecido esse critério objetivo e técnico pela CCDRC, o Senhor Provedor disse-me que há uma boa esperança, a Dr.ª Paula Rama, Vereadora do Urbanismo e a Chefe de Divisão vão ter uma reunião na CCDRC com um único ponto da ordem de trabalhos que é esta situação." -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, os mesmos tomaram conhecimento da informação interna dos Serviços sobre a Delimitação de ARU em MMV - Proposta apresentada pela Coligação "Mais por Montemor". -----

----- **Ponto 11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Relatório e Contas de 2014 referente à Ad Elo - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego.** -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: "O Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, sobre o assunto em causa, não irá tecer quaisquer considerações sobre os resultados económicos da associação, até porque tal tarefa deverá ser feita com sentido de responsabilidade pelas entidades com competência técnica para o efeito, no sentido de fazer o apuramento da boa ou má gestão dos fundos comunitários. Contudo, não podemos alhear-nos das nossas responsabilidades, enquanto representantes das nossas comunidades. Assim, particularmente, a pensar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

nelas, compete-nos questionar a quem nos representa nessa instituição: -----

----- 1) Está a associação ADELO a cumprir cabalmente as funções para as quais foi criada?-----

----- 2) Nos diferentes projetos/programas tem havido criação de oportunidades de uma valia desenvolvente para as nossas comunidades?-----

----- 3) Particularmente, no que diz respeito ao programa - Projeto 1.6 do Contrato Local de Desenvolvimento Social +CLDS iMontemor+, inteiramente destinado ao nosso Concelho, atingiu-se os objetivos propostos? Registou-se o aumento em 20% da empregabilidade do Concelho, através da potenciação das capacidades individuais e empresariais da população, tendo em conta o número dos desempregados inscritos no Centro de Emprego da Figueira da Foz que em maio de 2013, eram cerca de 1.750? Registou-se o aumento em 80% da autonomia e melhoria da qualidade de vidas das pessoas destinatárias do Eixo através da capacitação e valorização das competências, numa intervenção social articulada, coordenada e em rede? Registou-se em 20% o número de ações desenvolvidas pelas instituições recurso da comunidade de forma a melhorar a qualidade de vida da população? Quais os processos de monitorização das medidas de intervenção no âmbito dos projetos desenvolvidos no Concelho de Montemor-o-Velho? Quem, por direito, tem o dever de prestar essas informações? -----

----- Se os resultados ambicionados foram alcançados, lançamos nesta Assembleia Municipal o nosso reconhecimento, se pelo contrário não se atingiram os objetivos propostos, é caso para dizer que neste reino do dinheiro dos outros, alguma coisa vai mal. -----

----- É tão só aquilo que eu deixo neste meu comentário acerca desta Associação.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Não vou tecer nenhum comentário concreto, nem relativo ao relatório de contas, nem tão pouco referente à ADELO. De facto, a minha tomada de posição e aquilo que vou dizer em meu nome e em nome da bancada, no fundo é congratular-nos mais uma vez pela transparência com que este Executivo o apresenta, e não tem medo de apresentar as contas porque tanto quanto me lembro, esta é a primeira vez que um relatório deste género é colocado à consideração da Assembleia Municipal para tomada de conhecimento. É por isso que eu dou os parabéns ao Executivo e me congratulo enquanto membro desta AM pela transparência, por ter tido, de facto esta postura de clarificar exatamente as contas e de ter trazido aqui este relatório para nosso conhecimento, independentemente de ter defeitos ou não ter. -----

----- Congratulo-me, da mesma maneira, como eu disse há pouco, pela celeridade com que uma proposta da Assembleia Municipal é trazida de novo a esta Assembleia depois de analisada.” -----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Em relação a esta questão, eu gostaria de sensibilizar os Senhores deputados para uma coisa que a Senhora deputada Albertina Jorge disse e que está ali a causar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, abril, 24***

alguma estranheza. Eu acho que ainda não perceberam que as contas destas participadas influenciam a nossa contabilidade ou as nossas contas, se virem no relatório estão lá as contas. É bom que tenham a noção disso, e portanto, quando se quer ser transparente, somos transparentes na íntegra. À medida que forem chegando relatórios de contas de todas as nossas entidades participadas, eu sinto-me no dever de os mostrar aos senhores deputados, e parece que isso é meritório, nunca foi feito porque é preciso ter a noção de que estas contas influenciam os nossos resultados, e se calhar não tinham a noção dessa situação.

----- Outra questão é que vai-me permitir aqui, também fazer uma breve intervenção em defesa da ADELO. Eu defendo como defenderei qualquer agência de desenvolvimento local deste país que fez e faz um trabalho extremamente meritório e que infelizmente, este novo quadro comunitário 2020 vai desprezar e vai coartar a intervenção dessas agências de desenvolvimento local, porque efetivamente, se as associações tinham alguma possibilidade de apoio era através da Adelo, através destas agências de desenvolvimento local. Se algum trabalho foi feito na área social no passado com o QREN, foi através desta agência de desenvolvimento local. Eu até por acaso lembro-me de uma creche que está a ser feita em Pereira, na terra do Senhor deputado, que está a ser financiada pela Adelo, e que não foi financiada por quem quer que seja, pela Segurança Social nomeadamente, e em particular. Por isso mesmo penso que a Adelo está a prestar um bom trabalho, eu podia citar aqui vários projetos financiados pela Adelo nas nossas associações que se calhar foi a única hipótese de terem algum investimento. Noutro dia fomos ver um excelente trabalho feito em Santo Varão, financiado pela Adelo, e outras obras que já foram feitas também em Santo Varão, e parece-me que não podemos questionar o trabalho da Adelo. É evidente que nós nunca estaremos satisfeitos, gostaríamos que tivéssemos ainda mais projetos. Também quero falar do PROMAR que tem financiado e está a financiar e financiou iniciativas na Ereira e de alguns empresários da nossa praça, e portanto não podem ficar dúvidas de que a Adelo é uma agência de desenvolvimento local importantíssima. -----

----- Tenho alguma angústia porque efetivamente este Governo nas negociações que fez com Bruxelas desprezou muito o trabalho destas agências de desenvolvimento local, tentou esvaziar o seu conteúdo, e hoje as medidas do novo quadro comunitário são muito distantes das nossas comunidades rurais, e locais, e isso deixa-me muito angustiado e penso que devia ser missão de todos debater-nos pela defesa destas agências de desenvolvimento local como a Adelo, porque efetivamente fizeram um trabalho no passado extremamente meritório.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, os mesmos tomaram conhecimento do Relatório e Contas de 2014 referente à Adelo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013. -----

----- O PMAM deu a palavra à Senhora Sandra Isabel da Silva Reis que disse: “Eu chamo-me Sandra Isabel da Silva Reis e vivo na Rua Dr. Calisto Sousa Brandão, n.º 22, em Santo Varão. -----

----- Adquiri lá a minha habitação e tenho lá um problema que é um contentor em frente da minha casa. Contentor esse que está para aí a 3 metros da minha cozinha. Eu já apresentei esta situação ao Presidente da Câmara, o qual foi lá ver a situação, e colocaram o contentor de lado. Eu não estou contente com a resolução da situação, uma vez que os contentores são super mal utilizados. Ontem, por exemplo, tive lá uma chatice muito grande com um vizinho, e não é isso que eu pretendo. Eu não pretendo aborrecer-me com ninguém lá. -----

----- Acho que a situação deve ser resolvida porque eu faço o pagamento das minhas contribuições e não mereço ter um contentor em frente à minha casa da maneira como tenho. -----

----- Foi-me respondido que já existia há muito tempo. Não sei se existe, se não existe. Eu adquiri a casa agora e agradecia que me resolvessem a situação porque acho que sou uma cidadã como os outros.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu agradeço a intervenção. Dar nota que esta situação foi-me colocada, e eu imediatamente desloquei-me ao local, porque efetivamente todos os munícipes merecem a minha atenção, aliás eu sou uma pessoa que vai ver as coisas e que não tem medo de enfrentar as situações e nessa perspetiva, há uma coisa que eu concordo com a munícipe, é de que o contentor estava colocado em frente à fachada principal da sua casa que tem um muro, e que nessa perspetiva pareceu-me que poderíamos resolver a situação. A proposta que foi feita foi tirar o contentor para o lado, ou seja tirá-lo da frente da casa, da fachada principal, e foi acordado que essa obra seria feita inclusivamente com a colocação de uma segurança do próprio contentor, porque pelos vistos mexem no contentor, fazem barulho com o contentor. Fui informado recentemente pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia que seria uma obra em colaboração com a Junta de Freguesia, mas que a munícipe não aceita. -----

----- Agora a questão que se coloca é muito mais delicada. É que nós todos gostamos de respeitar os outros. Eu percebo a posição da munícipe, mas nós não podemos dizer que o contentor tem de ir para a frente da casa daquele vizinho, e tem de sair da frente da minha casa, pois aqui coloca-se um problema delicado. O único sítio que há, para que o contentor possa estar em segurança, é aquele que foi sugerido pelos técnicos, e por mim próprio, que estive na altura lá no local. Fora desse local, o contentor vai andar de vizinho em vizinho e os vizinhos vão vir aqui à Assembleia para a mesma determinar que o contentor mude de sítio, ou seja, parece-me que esta situação não é uma boa solução. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

----- Também quero esclarecer que efetivamente é um problema, e não foi este Executivo que meteu lá este contentor, mas não é isso que é relevante. O problema surge agora, tem de ser resolvido agora. Já lá estiveram outras pessoas a viver na casa, que não reportaram, nem a este executivo, nem ao anterior, este problema. -----

----- Mantenho a posição dos Serviços. Estarei sempre disponível para estudar outra situação, mas os nossos direitos, o princípio da igualdade determina que os nossos direitos não são melhores que os do vizinho, e portanto, nessa perspetiva, posso estar disponível para outras soluções. Estarei sempre disponível, mas, até agora, a única alternativa válida é aquela que sugerimos. -----

----- Se os senhores deputados entenderem, visitem o local, alguns conhecerão bem o local e também podem colaborar na solução deste problema.”-----

----- O PMAM deu a palavra à munícipe que disse: “Tudo bem que eu não estou para chatear ninguém das pessoas que lá habitam, mas, não havendo a resolução para outro espaço, acho que também não tenho que ficar como estou. Se existem contentores lá na zona, acho que deveriam tirar aquele e colocá-lo perto dos outros então, as pessoas que se desloquem e que vão lá colocar o lixo. Acho que não tenho que ficar com o lixo à beira da porta, ainda por cima tenho uma criança que tem asma, eu acho que isto é incorreto, não acho que seja uma solução, porque aquilo não foi uma solução nenhuma. Tiraram-no da frente, para o meter de lado, ele não deixa de lá estar. Aliás, eu já fiz menção inclusive das coisas que lá colocam. Eu não acho isto correto porque eu não sujo a entrada de ninguém e não é por ter lá chegado mais tarde do que os outros, que tenho de ficar com o lixo dos outros à frente da minha cozinha. Peço desculpa, mas não acho isso correto, é a minha visão das coisas.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Muito obrigado pela sua intervenção, eu julgo que a Assembleia ficou sensibilizada para o problema. A disponibilidade da Câmara mantém-se para arranjar uma solução alternativa, e esperamos que essa situação se venha a verificar tão breve quanto possível.”-----

----- O PMAM solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 16h00, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, abril, 24

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva